

*Nancy Ribelle Nave*

THEDA SKOCPOI



ESTADOS E  
REVOLUÇÕES SOCIAIS  
ANÁLISE COMPARATIVA,  
DA FRANÇA, RÚSSIA E CHINA

301.6  
S628  
1985



EDITORIAL PRESENÇA

*Consulte*

## PREFÁCIO

Alguns livros apresentam uma argumentação inteiramente nova; outros encerram argumentações que levam o leitor a encarar velhos problemas a uma luz nova. Este trabalho pertence decididamente ao segundo caso, pois apresenta um quadro de referência a partir do qual se analisam algumas transformações sociais-revolucionárias na história do mundo moderno. É a partir da história comparativa, diluída-se uma exploração das causas e consequências da Revolução Francesa de 1787-1800, da Revolução Russa de 1917-1921 e da Revolução Chinesa de 1911-1949. Desenvolvidos mediante uma reflexão crítica sobre pressupostos e tipos de explicação comuns à maior parte das teorias existentes sobre a revolução, os princípios de análise esboçados no primeiro capítulo têm em vista uma nova orientação da nossa perspectiva do que é característico das revoluções tal como elas ocorreram historicamente, bem como do que elas contém de problemático. O remanescente do livro pretende pôr em prática o programa do capítulo I, recorrendo a novos elementos explanatórios e aplicando-os de uma forma viva. Na Primeira Parte buscam-se as origens das crises revolucionárias e dos conflitos na França, Rússia e China mediante a análise das estruturas de Estado e de classe, bem como da situação internacional dos Antigos Regimes dos Bourbons, czarista e imperial. É dado um relevo especial, quer às vias pelas quais os Estados do Antigo Regime entraram em crise, quer à emergência de insurreições camponesas durante os interregnos revolucionários. Seguidamente, na Segunda Parte, as revoluções são analisadas desde as suas irrupções iniciais até à consolidação dos novos regimes relativamente estáveis e estruturados de forma distinta: o napoleónico em França, o estalinista na Rússia e o caracteristicamente sino-comunista (a partir dos meados da década de 1950) na China. Presta-se aqui especial atenção aos esforços dos dirigentes revolucionários para a edificação do Estado e às estruturas e actividades das novas organizações estatais no seio das sociedades que passaram por transformações revolucionárias. Na sua ampla trajectória do Antigo para o Novo Regime, as Revoluções Francesa, Russa e Chinesa são estudadas como três exemplos comparáveis de um padrão social-revolucionário singular e coerente. Por consequência, tanto as semelhanças como os aspectos específicos de cada uma destas revoluções são evidenciados e explicados por vias de certo modo diferentes das anteriores análises teóricas ou históricas.

Os livros procedem singularmente das experiências individuais dos respectivos autores, facto a que este trabalho não constitui excepção. As ideias que lhe estão na origem germinaram no início da década de 1970, quando me licenciava na Universidade de Harvard. Embora hoje as suas repercussões se tenham esbatido, essa época foi para muitos estudantes, e para mim também, um período de intenso envolvimento político. Os Estados Unidos estavam comprometidos numa guerra brutal contra a Revolução Vietnamita, enquanto no plano interno os movimentos que reivindicavam a não discriminação racial e exigiam um fim imediato à ingerência militar no estrangeiro cons-



tiravam um desafio às capacidades para o bem e para o mal do nosso sistema político. Certamente que esses tempos estimularam em mim o interesse pela compreensão das mutações revolucionárias. E foi durante esses anos que se firmou a minha acção dos ideais socialistas democráticos. Seria um erro subentender que esta obra nasceu de uma forma imediata de preocupações políticas quotidianas. Tal não aconteceu. Pelo contrário, desenvolveu-se na relativa tranquilidade de «torre de marfim» da biblioteca e do gabinete. Posteriormente à licenciatura, prossegui os estudos no campo da teoria macro-sociológica e da história social e política comparativa. Ao correlacionar estas diferentes matérias, novas questões se me punham constantemente. As tentativas para formular respostas a estas questões, assim como para passar das meras respostas às respectivas conclusões, conduziram-me, através de múltiplos níveis de formulação, às argumentações e análises incorporadas no presente estudo.

Para começar, deu-se a minha confrontação intelectual com o caso da África do Sul. A história deste desditoso país impressionou-me como uma óbvia refutação das interpretações estrutural-funcionalistas de Parsons da ordem e transformação sociais, bem como um insuperável desafio às predições triviais e tranquilizadoras, segundo as quais o descontentamento das massas conduz à revolução contra o violentamente opressivo regime de *apartheid*. A justiça liberal, tal como se pôde constatar, não triunfou, apesar de parecer inevitável. A análise marxista de classes afigurou-se-me muito mais útil que o estrutural-funcionalismo ou a teoria da privação relativa para a compreensão da situação dos não brancos da África do Sul e para perscrutar as tendências a longo prazo da mudança socioeconómica. No entanto, a mera abordagem em termos de análise de classes tornava difícil conceptualizar — e muito menos explicar adequadamente — a estrutura do Estado sul-africano, bem como o papel político dos Africânderes. Contudo, pareciam ser estas as chaves explicativas da não ocorrência — nem sequer num futuro próximo — de uma revolução social na África do Sul.

Uma outra experiência formativa resultou da investigação demorada e profunda das origens históricas da Revolução Chinesa. A fim de estruturar o meu programa de estudos comparei e procurei explicar os sucessos relativos e os fracassos da Insurreição de Taiping, do Movimento Nacionalista Kuomintang e do Partido Comunista Chinês, analisando os três movimentos no contexto global historicamente diacrónico da sociedade chinesa. Profundamente fascinada pelos últimos tempos da China imperial e pela China moderna, terminei esta investigação com um sentimento de profundo cepticismo acerca da aplicabilidade (em relação à China e talvez a outros Estados agrários) das categorizações científicas existentes no domínio da análise social, tais como «tradicional» ou «feudal». Fiquei também convencida de que as causas das revoluções só poderiam ser diagnosticadas a partir da observação das inter-relações específicas das estruturas de Estado e de classe bem como da complexa interacção das evoluções interna e internacional ao longo do tempo.

Se a maior parte dos outros estudiosos no campo da análise comparativa das revoluções se deslocaram, por assim dizer, do Ocidente para o Oriente — interpretando a Revolução Russa a partir do modelo francês, ou a Revolução Chinesa a partir do russo —, o meu itinerário intelectual seguiu a rota inversa. Depois de ter começado por estudar a China, debrucei-me seguidamente sobre o caso francês no âmbito de um programa global de estudos sobre a evolução política comparada da Europa Ocidental. Embora eu constataste que a França era «encarada» como idêntica à Inglaterra, o seu Antigo Regime absolutista assemelhava-se em muitos aspectos à China imperial. Descobri igualmente analogias básicas entre o processo revolucionário francês e o chinês, ambos iniciados por revoltas da classe superior terratenente contra monarcas absolutistas e envolvendo ambos revoltas de camponeses que culminaram em Novos Regimes mais centralizados e burocráticos. Finalmente, interpretei a Rússia do Antigo Regime e do período revolucionário à luz dos mesmos termos analíticos que elaborara para a China e a França. E a ênfase dada, quer às estruturas agrárias, quer à organização estatal parecia constituir uma via prometedora para compreender o

destino desta revolução «proletária» após 1917, durante 1921 e no início da década de 1930.

Vale a pena frisar uma outra peculiaridade relativa aos primórdios da minha investigação sistemática das revoluções. Contrariamente a muitos sociólogos que trabalham neste campo aprendi bastante acerca da história das revoluções *antes* de ter lido uma caterva de obras do âmbito das ciências sociais que se propõem explicar teoricamente as revoluções. Ao fazer um balanço destas leituras, não tardei a sentir-me frustrada. O próprio processo revolucionário era encarado de perspectivas que mal correspondiam aos factos históricos que eu conhecia. Por sua vez, as explicações causais propostas pareciam irrelevantes ou perfeitamente falsas, tendo em vista o que aprenda acerca das analogias e diferenças entre países que haviam vivido revoluções e aqueles que as não tinham vivido. Não levei muito a concluir (pelo menos para minha satisfação) que o principal problema residia no seguinte: as teorias científico-sociais derivavam as suas explicações da revolução a partir de modelos segundo os quais as insurgências e mudanças políticas deviam idealmente ocorrer nas sociedades democráticas liberais ou capitalistas. Assim, as teorias não marxistas tendiam a perspectivar as revoluções como variantes particularmente radicais e ideológicas do movimento típico de reforma social, e as marxistas viam-nas como acções de classe conduzidas pela burguesia ou pelo proletariado. Não admira, concluí, que estas teorias aprofundem tão pouco as causas e consequências das revoluções nos países predominantemente agrários com Estados monárquicos-absolutistas e estratos sociais assentes no campesinato.

A partir desta mistura de experiências intelectuais apresentou-se-me um projecto possível que viria a culminar neste livro: utilizar comparações entre as Revoluções Francesa, Russa e Chinesa, assim como alguns contrastes entre estes casos e outros países, a fim de clarificar a minha crítica da inadequação das teorias existentes acerca do conceito de revolução e, além disso, desenvolver hipóteses explicativas e uma abordagem teórica alternativa. Embora rejeitasse os pressupostos e as argumentações essenciais das teorias da revolução que eu conhecia, continuava a sentir a necessidade de clarificar o fio condutor que sentia percorrer as principais e geograficamente diversificadas revoluções que havia estudado. A análise histórica comparativa pareceu-me um caminho ideal para o fazer.

Felizmente que as três revoluções que eu queria incluir na minha análise comparativa tinham sido desenvolvidamente estudadas por historiadores e especialistas neste domínio. Uma bibliografia extensa pode reservar desagradáveis surpresas ao especialista que pretenda dar um novo contributo, baseado em testemunhos originais ainda por descobrir ou deficientemente explorados. Porém, para um sociólogo comparativista esta é a situação ideal. Inevitavelmente, os projectos de análise histórica comparativa de concepção lata baseiam-se quase exclusivamente em «fontes secundárias» — ou seja, monografias e sínteses de investigações já publicadas em livro ou sob a forma de artigo de jornal por importantes especialistas no domínio histórico ou noutra área cultural. A tarefa — e distinta contribuição erudita potencial — do historiador comparativista não reside na revelação de novos dados sobre aspectos específicos de vastos períodos de tempo e de diferentes realidades geográficas abrangidos pelo estudo comparativo, mas sim no estabelecimento do interesse e da validade *prima facie* de uma interpretação global das regularidades causais comuns a diversos casos históricos. O comparativista não dispõe nem do tempo nem das (todas as) capacidades apropriadas para realizar a investigação primordial que necessariamente constitui, em grande medida, a base na qual assentam os estudos comparativos. Em vez disso, o comparativista vê-se obrigado a concentrar-se na busca e no exame sistemático das publicações dos especialistas que se relacionem com as questões consideradas importantes, quer pelas considerações teóricas, quer pela lógica da análise comparativa. Se, tal como frequentemente acontece, os aspectos debatidos pelos especialistas a respeito de determinada época ou evento histórico específico não são os mais importantes numa perspectiva comparativista, então o analista tem de estar preparado para adoptar os testemu-



nhos apresentados nos trabalhos dos especialistas às finalidades analíticas um tanto ou quanto tangenciais às originariamente encaradas. É necessário ainda que o comparativista seja o mais metódico possível na busca de informação sobre os mesmos tópicos de caso para caso, ainda que os especialistas tenham tendência para acentuar tópicos diferentes da sua investigação e a transferir polémicas de um país para outro. Na realidade, o trabalho do comparativista só se torna viável *depois de* ser elaborada pelos especialistas uma extensa literatura básica. Só então o estudioso desta área poderá encontrar no mínimo algum material digno de interesse para cada um dos tópicos, que deverá ser então investigado de acordo com os ditames da argumentação interpretativa e comparativa que ele ou ela pretende desenvolver.

Como a bibliografia para este trabalho pode demonstrar, analisei profundamente a abundante literatura existente sobre a França, a Rússia e a China. Cada uma destas literaturas revela grande clareza e amplitude de escopo, incluindo cada uma muitos livros e artigos originalmente publicados em (ou traduzidos para) inglês e francês, as línguas que leio com maior facilidade. Embora com algumas excepções ocasionais que posso atribuir ao escasso interesse de determinados tópicos numa ou noutra análise histórica, os desafios que fui obrigada a enfrentar não se deveram à dificuldade de encontrar informação essencial. Esses desafios consistiram, pelo contrário, na necessidade de abarcar uma vasta bibliografia histórica e de ponderar e utilizar adequadamente os contributos dos especialistas, de modo a desenvolver uma argumentação histórica comparativa coerente. Caberá aos leitores (incluindo historiadores e especialistas da área) serem juízes da minha capacidade para vencer esses desafios. Ficarei satisfeita pelo que me diz respeito, se este livro der de alguma forma o seu contributo para fomentar o debate e estimular posteriores investigações, quer por parte dos que procuram compreender as revoluções modernas em geral, as suas causas remotas e realizações, assim como as suas perspectivas futuras. A história comparativa desenvolve-se a partir da interacção da teoria e da história, e deveria, por sua vez, contribuir para o enriquecimento de cada uma delas.

Elaborar e reelaborar a argumentação exposta neste trabalho durante os últimos anos foi como uma luta isolada e interminável com um gigantesco quebra-cabeças. Porém, na verdade, muitas pessoas me prestaram o seu auxílio, ajudando-me a ter uma visão mais acertada do plano geral e chamando-me a atenção para o acerto ou desacerto de certas peças do quebra-cabeças.

O mais importante contributo de erudição devo-o a Barrington Moore, Jr.. A leitura do seu livro *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (\*), no período que precedeu a minha licenciatura na Universidade do Estado de Michigan permitiu-me abarcar a magnificente esfera da história comparativa e ensinou-me que as estruturas e os conflitos das sociedades agrárias nos oferecem importantes chaves para os modelos da política moderna. Para além disso, os seminários de graduação orientados por Moore que frequentei em Harvard foram o cadinho em que se forjou a minha capacidade para a análise comparativa, embora me fosse permitido desenvolver as minhas próprias interpretações. Moore prescrevia tarefas específicas e analisava os resultados de uma forma vincadamente crítica. Por outro lado, as relações entre os estudantes do seminário ofereciam uma viva atmosfera de apoio ao trabalho intelectual. Dos seminários de Moore saliento dois amigos de entre os meus colegas, Mounira Charrad e John Mollenkopf, que me encorajaram e aconselharam durante todas as fases deste projecto sobre as revoluções comparadas.

Uma outra ajuda fundamental e duradoura devo-a a Ellen Kay Trimmerger. Tomei conhecimento do seu trabalho acerca das «revoluções a partir das cúpulas» (\*\*), no Japão e na Turquia em 1970. Desde então as ideias, os comentários e a amizade de

(\*) Traduzido para português nas Edições Cosmos, Coleção «Coordenadas» (N. da T.).

(\*\*) No original «Revolutions from above» (N. da T.).

Kay ajudaram-me enormemente a prosseguir a minha análise da França, da Rússia e da China.

Como muitos primeiros livros de um autor, também este constitui, numa primeira fase, a minha tese de doutoramento. Essa fase do projecto foi certamente a mais dolorosa, uma vez que empreendi demasiado num curto espaço de tempo. Não obstante, numa análise retrospectiva, considero que valeu a pena, visto que uma tese «voluntosa», por mais imperfeita que fosse, oferece mais possibilidades para o subsequente desenvolvimento de um livro publicável do que uma dissertação mais restrita, ainda que estilisticamente mais burilada. Devo agradecer a Daniel Bell o facto de me ter encorajado a empreender uma tarefa quase impossível, para além dos comentários incisivos e estimulantes que fez ao rascunho da tese. A dissertação foi formalmente alvo dos conselhos do amável e admirável George Caspar Homans, que me proporcionou um cuidadoso *feedback* e incansavelmente me incitou a acabá-la rapidamente.

O terceiro membro da comissão orientadora da minha tese, Seymour Martin Lipset, que desde o início até ao fim me deu inteligentes sugestões, foi suficientemente amável para não me censurar por a tese ter levado mais tempo a completar do que eu inicialmente previra. A ajuda financeira durante os últimos anos de trabalho para o doutoramento foi-me concedida pela Danforth Graduate Fellowship, que deixa aos que dela beneficiam plena liberdade de traçarem o rumo da sua investigação.

Quando a tese ficou concluída, Charles Tilly encorajou-me generosamente e aconselhou-me quanto às principais revisões que se impunham. Em Harvard, onde ensino, colegas e estudantes ajudaram-me de inúmeras formas no sentido de facilitar e estimularem o avanço do meu livro. E quando as revisões se encontravam parcialmente feitas, muitos outros contribuíram para a aceleração da feitura do livro. Walter Lippincott, Jr., da Cambridge University Press providenciou uma revisão crítica do manuscrito ainda na sua versão original, do que resultou não só um contrato de edição como também úteis conselhos relativos à introdução, da parte de John Dunn e Eric Wolf. Peter Evans fez-me algumas sugestões que contribuíram para a revisão do primeiro capítulo. Mary Fulbrook ajudou-me na investigação destinada à revisão do terceiro capítulo, sendo o seu trabalho compensado por um pequeno subsídio da Harvard Graduate Society. O Fundo do Departamento de Sociologia da Junior Faculty Research também me subsidiou.

Heroicamente, alguns amigos encontraram o tempo necessário para redigir comentários à estrutura global do livro. Foram eles: Susan Eckstein, Harriet Friedmann, Walter Goldfrank, Peter Gourevitch, Richard Kraus, Joel Migdal e Jonathan Zeitlin. Por outro lado, Perry Anderson, Reinhard Bendix, Victoria Bonnell, Shmuel Eisenstadt, Terence Hopkins, Lynn Hunt, Barrington Moore, Jr., Victor Nee, Magali Sarfatti-Larson, Ann Swidler e Immanuel Wallerstein fizeram comentários a artigos meus publicados relacionados com esta matéria, pelo que influenciaram consideravelmente o meu ulterior trabalho. Se as pessoas cujos nomes foram mencionados são responsáveis pelo muito do bom que possa haver neste trabalho, desnecessário será dizer que sobre nenhuma delas recai a responsabilidade pelas suas deficiências.

Mrs. Nellie Miller, Louisa Amos e Lynn McKay dactilografaram o manuscrito final com toda a perfeição e rapidez. Mrs. Miller merece um especial agradecimento, visto que dactilografou a maior parte nas várias fases da revisão. Na realidade, tive a sorte de poder contar com o seu perfeccionismo e inteligência.

Para terminar, não posso deixar de reconhecer afectuosamente a ajuda de meu marido, Bill Skocpol, a quem este livro é dedicado. Os comentários que fez a todas as partes do texto ao longo das várias leituras, a sua prontidão para me ajudar em algumas tarefas práticas como dactilografar as primeiras versões da tese e verificar as citações no final, a sua paciência perante a minha instabilidade emocional durante todo o processo —, todas estas contribuições se encontram incorporadas nas várias partes de *Estados e Revoluções Sociais*. Bill faz da física experimental a sua profissão, mas sem a sua generosa ajuda este trabalho de sociologia histórica comparada não teria chegado a bom termo.



## INTRODUÇÃO

I — UMA EXPLICAÇÃO DAS REVOLUÇÕES SOCIAIS:  
ALTERNATIVAS ÀS TEORIAS EXISTENTES

*As revoluções são as locomotivas da História.*

Karl Marx

*A controvérsia sobre as diferentes perspectivas da «metodologia» e da «teoria» é adequadamente levada a cabo na relação estreita e contínua com os problemas essenciais... A especificidade desses problemas limita e sugere os métodos e conceitos utilizados e o modo como o são.*

C. Wright Mills

Apesar de raras, as revoluções sociais têm constituído ocorrências importantes na história do mundo moderno. Desde a França da década de 1790 até ao Vietname de meados do século xx, estas revoluções transformaram as organizações do Estado, as estruturas de classe e as ideologias dominantes. Deram origem a nações cujo poder e autonomia excederam de uma forma notável o seu próprio passado pré-revolucionário e ultrapassaram outros países em circunstâncias idênticas. Subitamente, a França revolucionária tornou-se uma potência conquistadora na Europa continental e a Revolução Russa gerou uma superpotência industrial e militar. A Revolução Mexicana deu ao seu país a força política para se transformar numa das nações mais industrializadas dos tempos pós-coloniais e no país da América Latina menos propenso a golpes militares. A partir da Segunda Guerra Mundial, o culminar de um processo revolucionário há muito em curso unificou e transformou uma China destruída. E novas revoluções sociais permitiram que países descolonizados e sujeitos ao neocolonialismo, tais como o Vietname e Cuba, quebrassem as cadeias de uma extrema dependência.

Tão-pouco as revoluções sociais tiveram apenas um significado nacional. Em alguns casos, as revoluções sociais deram origem a modelos e ideais com um enorme impacto e repercussão internacionais — especialmente nos casos em que as sociedades transformadas eram vastas e dotadas de importância geopolítica e constituíam grandes potências reais ou potenciais. As forças militares patrióticas da França revolucionária dominaram grande parte da Europa. Mesmo antes das conquistas e bastante depois da derrota militar, os ideais revolucionários franceses de «Liberdade, Igualdade e Fraternidade» estimularam as imaginações em busca de uma libertação social e nacional: os efeitos repercutiram-se de Genebra a São Domingos, da Irlanda à América Latina e à Índia, influenciando teóricos posteriores, de Babeuf a Marx, Lenine e mesmo aos



anticolonialistas do século xx. A Revolução Russa assombrou o Ocidente capitalista e estimulou as ambições das novas nações ao demonstrar que o poder do Estado revolucionário podia, no lapso de duas gerações, transformar um retrógrado país agrário na segunda mais importante potência industrial e militar do mundo. O que a Revolução Russa representou para a primeira metade do século xx, representou a Revolução Chinesa para a segunda. Ao demonstrar que um partido leninista pode conduzir uma maioria camponesa nas lutas no campo económico e militar, «[...] deu corpo a uma grande potência que se proclama o modelo revolucionário e de desenvolvimento para os países pobres do mundo» (1). «O Caminho de Yenan» e «O Campo contra a Cidade» proporcionaram ideais e modelos originais e esperanças renovadas aos nacionalistas revolucionários de meados do século xx. Além disso, tal como Elbaki Hermassi salientou, as grandes revoluções não afectam apenas aqueles que noutros países gostariam de imitá-las. Atingem também aqueles que noutros países, embora opondo-se aos ideais revolucionários, se vêem compelidos a responder aos desafios ou ameaças colocados pelo reforçado poder nacional entretanto gerado. «O carácter histórico e mundial das revoluções significa [...]», escreve Hermassi, que «exercem um efeito de demonstração que ultrapassa as fronteiras do país de origem, com o seu potencial para desencadear ondas de revolução e de contra-revolução, quer no seio das sociedades, quer entre elas (2).»

Naturalmente que as revoluções sociais não foram as únicas forças de mudança que operaram na era moderna. No quadro da «Grande Transformação» (ou seja, a comercialização e a industrialização a nível mundial, o nascimento de Estados nacionais e a expansão do sistema dos Estados europeus até abarcar o mundo inteiro), em todos os países se verificaram convulsões políticas e mudanças socioeconómicas. Porém, neste quadro, as revoluções sociais merecem uma atenção especial não apenas devido ao seu extraordinário significado para as histórias das nações e para o mundo, mas também devido à especificidade da mudança sociopolítica.

As revoluções sociais são transformações rápidas e radicais das estruturas de classe e de Estado de uma sociedade; e são acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes inferiores. As revoluções sociais distinguem-se de outras espécies de conflitos e de processos transformadores, sobretudo devido à combinação de dois aspectos coincidentes: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com a sublevação de classe; e a coincidência entre a transformação política e a transformação social. Pelo contrário, as revoltas, mesmo quando bem sucedidas, podem envolver a sublevação das classes subordinadas — mas não originam uma mudança estrutural (3). As revoluções políticas alteram as estruturas do Estado, mas não as estruturas sociais, não decorrendo necessariamente dos conflitos entre classes (4). E processos

(1) Franz Schurmann, *Ideology and Organization in Communist China*, 2.<sup>a</sup> ed. (Berkeley, University of California Press, 1968), p. XXXV. Também a frase anterior acerca da China e da Rússia é parafraseada de Schurmann.

(2) Elbaki Hermassi, «Toward a Comparative Study of Revolutions», *Comparative Studies in Society and History*, 18: 2 (Abril de 1976), p. 214.

(3) São bons exemplos as rebeliões camponesas que periodicamente agitaram a Europa medieval e a China Imperial. As rebeliões chinesas conseguiram num ou noutro caso fazer cair, e até substituir, dinastias, mas não transformaram fundamentalmente a estrutura social. Para uma análise mais desenvolvida e mais referências, ver o capítulo 3.

(4) Tal como entendo este caso, a Revolução Inglesa (1640-1650 e 1688-1689) tomadas em conjunto) constitui um excelente exemplo de uma revolução política. O que fundamentalmente conseguiu realizar foi o estabelecimento de um governo parlamentar através da revolta de sectores da classe terratenente dominante contra potenciais monarcas absolutos. Este caso é estudado nos capítulos 3 e 5. Um outro bom exemplo de uma revolução política, mas não social, é a Restauração Meiji no Japão, que será objecto de análise no capítulo 2.

como a industrialização podem transformar as estruturas sociais sem obrigatoriamente causarem ou resultarem de súbitos levantamentos de carácter político ou de mudanças fundamentais político-estruturais. O que é peculiar das revoluções sociais é o facto de as mudanças fundamentais verificadas na estrutura política e na estrutura social ocorrerem conjuntamente e se reforçarem mutuamente. É estas mudanças processam-se através de intensos conflitos sociopolíticos, nos quais as lutas de classe desempenham um papel essencial.

Esta concepção de revolução social difere em muitos aspectos importantes de outras definições de revolução. Em primeiro lugar, identifica um complexo objecto de análise, em relação ao qual existem relativamente poucos exemplos históricos. E em vez de procurar multiplicar o número de casos a explicar, concentra-se num único princípio analítico (tal como a violência ou o conflito político) partilhado por diversos acontecimentos de natureza e com consequências heterogéneas (5). Acredito plenamente que a extrema simplificação analítica não nos pode conduzir a explicações válidas e completas das revoluções. Se é nossa intenção compreender os conflitos e as mudanças em grande escala, tais como os que ocorreram em França entre 1787 e 1800, não poderemos progredir se nos fixarmos em objectos de análise que apenas isolam os aspectos que são comuns a esses eventos revolucionários e, por exemplo, aos tumultos ou golpes. Devemos analisar as revoluções como um todo, em grande parte da sua complexidade.

Em segundo lugar, esta definição implica que a transformação sociopolítica efectiva — *mudança real* do Estado e das estruturas de classe — faça parte do que efectivamente é denominado revolução social, em vez de deixar a transformação dependente da definição de «revolução», como muitos outros estudiosos o fazem (6). A verdade é que creio que as revoluções sociais efectivas emergem provavelmente de contextos macroestruturais e históricos diferentes, o que não acontece com as revoluções sociais abortadas nem com as mudanças políticas que não sejam acompanhadas de transformações das relações de classe. Como pretendo incidir precisamente nesta questão na minha análise histórica comparativa — na qual as revoluções sociais serão confrontadas

(5) Para encontrar exemplos de tentativas de explicação das revoluções através de estratégias de simplificação analítica, ver os vários trabalhos citados nas notas 18 e 20 deste capítulo. Terei mais adiante alguns comentários sobre as ideias de dois importantes teóricos, Ted Gurr e Charles Tilly, que agrupam as revoluções em categorias analíticas mais amplas, ainda que de tipos contrastantes.

(6) Três exemplos de investigadores que defendem a contingência das mudanças (estruturais): Arthur L. Stinchcombe, «Stratification among Organizations and the Sociology of Revolution», in *Handbook of Organizations*, org. James G. March (Chicago, Rand McNally, 1965), pp. 169-180; Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (Reading, Mass., Addison-Wesley, 1978), cap. 7; e D. E. H. Russell, *Rebellion, Revolution, and Armed Force* (Nova Iorque, Academic Press, 1974), cap. 4. Aqueles que defendem a contingência das mudanças normalmente argumentam que nada se perde por esse facto, uma vez que, depois de se ter examinado as causas de todas as irrupções quer se tenham ou não traduzido em mudanças reais, é possível então começar a indagar quais são as causas *adicionais* que explicam o subconjunto de irrupções que conduzem a mudanças revolucionárias efectivas. Porém, para se aceitar este tipo de argumento, é necessário que se esteja disposto a admitir que as transformações sociais-revolucionárias bem sucedidas não tiveram causas ou pré-condições estruturais distintas e remotas. É preciso assumir que as revoluções sociais são simplesmente revoluções políticas ou rebeliões de massas que possuem algum ingrediente adicional e recente como o sucesso militar ou a determinação dos dirigentes ideológicos de implementarem mudanças depois de conquistarem o Poder. Toda a argumentação deste livro parte do pressuposto oposto — que as revoluções sociais têm realmente causas remotas e decorrem das contradições estruturais e potenciais inerentes aos antigos regimes.



tadas com situações falhadas e com transformações revolucionárias não sociais —, o meu conceito de revolução social sobrevalorizará necessariamente a mudança bem sucedida como uma das características essenciais.

Assim, como explicar as revoluções sociais? Onde procurar métodos fecundos de análise das suas causas e consequências? Na minha perspectiva, as teorias sócio-científicas existentes acerca da revolução não são adequadas (7). Por conseguinte, o objectivo essencial deste capítulo é introduzir e sustentar princípios e métodos de análise que constituam alternativas aos que são comuns a todas (ou à maioria) das abordagens existentes. Direi que, ao contrário do que propõem os métodos explicativos utilizados pelas teorias predominantes, as revoluções sociais deveriam ser analisadas a partir de uma perspectiva estrutural, dando especial atenção aos contextos internacionais e às evoluções nacionais ou além-fronteiras que contribuíram para a ruptura da organização do Estado dos antigos regimes e para o aparecimento de novas organizações revolucionárias do Estado. Acrescentarei ainda que a análise histórica comparativa é o método mais adequado para a clarificação das revoluções que sejam ao mesmo tempo historicamente fundadas e susceptíveis de generalização para além da sua especificidade.

De modo a facilitar a subsequente apresentação destas alternativas teóricas e metodológicas, seria conveniente identificar as principais teorias sociocientíficas da revolução, esboçando rapidamente as características essenciais de cada uma, tal como se apresentam na obra de um autor representativo. Todas as teorias que assim pretendo resumir são adequadamente denominadas teorias «gerais» da revolução — ou seja, trata-se antes de esquemas conceptuais genericamente formulados e de hipóteses destinadas a ser aplicáveis a muitos casos históricos específicos. Este livro não segue a mesma espécie de método defendido por essas teorias gerais. Pelo contrário, tal como outros estudos comparativos de revoluções historicamente fundadas — por exemplo, *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, de Barrington Moore, Jr., *Peasant Wars of the Twentieth Century*, de Eric Wolf, e *Modern Revolutions*, de John Dunn (8) —, este livro analisa fundamentalmente, e em profundidade, um conjunto de casos. No entanto, tal como estes três trabalhos que com ele têm afinidades (e talvez de uma forma mais determinada que os dois últimos), este livro não se limita a expor isoladamente cada um dos casos, mas pretende compreender e explicar o fio lógico generalizável que percorre a série de revoluções aqui analisadas. Na verdade, os conceitos e hipóteses que

(7) Não tenho aqui a pretensão de abarcar a totalidade da literatura social-científica sobre as revoluções. Dois livros que apresentam panorâmicas desta literatura são: A. S. Cohan, *Theories of Revolution: An Introduction* (Nova Iorque, Halsted Press, 1975) e Mark N. Hagopian, *The Phenomenon of Revolution* (Nova Iorque, Dodd, Mead, 1974). Podem encontrar-se críticas úteis em: Isaac Kramnick, «Reflections on Revolution: Definition and Explanation in Recent Scholarship», *History and Theory*, 11: 1 (1972), pp. 26-63; Michael Freeman, «Review Article: Theories of Revolution», *British Journal of Political Science* 2: 3 (Julho de 1972), pp. 339-359; Barbara Salert, *Revolutions and Revolutionaries: Four Theories* (Nova Iorque, Elsevier, 1976); Lawrence Stone, «Theories of Revolution», *World Politics* 18: 2 (Janeiro de 1966), pp. 159-176; Perez Zagorin, «Theories of Revolution in Contemporary Historiography», *Political Science Quarterly*, 88: 1 (Março de 1973), pp. 23-52; e Theda Skocpol, «Explaining Revolutions: In Quest of a Social-Structural Approach», in *The Uses of Controversy in Sociology*, orgs. Lewis A. Coser e Otto N. Larsen (Nova Iorque, Free Press, 1976), pp. 155-175.

(8) Barrington Moore, Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. (Boston, Beacon Press, 1966); Eric Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century* (Nova Iorque, Harper & Row, 1969); e John Dunn, *Modern Revolutions: An Introduction to the Analysis of a Political Phenomenon* (Cambridge: Cambridge University Press, 1972).

se podem encontrar nas teorias gerais da revolução são potencialmente relevantes para a tarefa explicativa do historiador comparativista; de facto, qualquer estudo comparativo aproveita ou repudia, as ideias expressas pelos teóricos sociocientíficos das revoluções, desde Marx até aos autores contemporâneos. Por consequência, embora não nos permita explorar os argumentos muito mais ricos das abordagens históricas comparativistas das revoluções, o resumo de teorias gerais fornece-nos todavia um meio económico de identificar as principais questões teóricas que serão alvo de futuro comentário.

Penso que será útil agrupar as mais importantes teorias sociocientíficas da revolução em quatro famílias fundamentais, que passarei individualmente em revista. Obviamente que a mais importante é a marxista; e é nas obras do próprio Marx que as suas ideias essenciais estão mais bem representadas. Sendo defensores activos desta forma de mudança social, os marxistas têm sido os analistas sociais mais consistentemente empenhados na compreensão das revoluções sociais enquanto tal. Naturalmente no tumultuoso século subsequente à morte de Marx muitas tendências divergentes se desenvolveram no seio das tradições intelectuais e políticas do marxismo: os teóricos marxistas da revolução que se lhe seguiram vão desde os deterministas tecnológicos, como Nikolai Bukharin (em *Materialismo Histórico* (9)), até aos estrategas políticos como Lenine e Mao (10), ou aos marxistas ocidentais como Georg Lukács e Antonio Gramsci e aos «estruturalistas» contemporâneos como Louis Althusser (11). Todavia, a abordagem original das revoluções de Marx, embora diferentemente interpretada, manteve-se a base incontestável para todos os marxistas que se lhe seguiram.

Os princípios fundamentais da teoria de Marx podem ser claramente identificados sem de forma nenhuma se negar o facto de que todos esses elementos estão receptivos a uma extensa e variada gama de avaliações e interpretações. Marx entendeu as revoluções, não como episódios isolados de violência ou conflito, mas sim como movimentos de classe que brotam de contradições estruturais objectivas no seio de sociedades historicamente em desenvolvimento e intrinsecamente dominadas por conflitos. Para Marx, o aspecto mais importante de qualquer sociedade é o seu modo de produção ou a combinação específica das forças socioeconómicas de produção (tecnologia e divisão do trabalho) e das relações de classe de detenção da propriedade e da apropriação da mais-valia. Para ele, as relações de produção são especialmente cruciais:

É sempre a relação directa entre os proprietários dos meios de produção e os produtores directos — uma relação que naturalmente corresponde sempre a um estágio definido do desenvolvimento das forças produtivas e, em consequência disso, da sua produtividade social — que revela o segredo mais recôndito, o princípio oculto de toda a estrutura social, sendo o Estado a forma espe-

(9) Nikolai Bukharin, *Historical Materialism: A System of Sociology*, trad. da 3.ª ed. russa, 1921 (University of Michigan Press, 1969), especialmente cap. 7.

(10) Ver: Robert C. Tucker, org. *The Lenin Anthology* (Nova Iorque, Norton, 1975), especialmente partes 1-3; e Stuart R. Schram, org., *The Political Thought of Mao Tse-tung*, ed. revista e aumentada (Nova Iorque, Praeger, 1969), especialmente partes 2-6. Pode ser consultada uma interessante exposição dos pontos essenciais das teorias da revolução de Lenine e de Mao em Cohan, *Theories of Revolution*, cap. 5.

(11) Ver especialmente: Georg Lukács, *History and Class Consciousness*, trad. Rodney Livingstone (Cambridge, The MIT Press, 1971); Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, org. e trad. Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith (Nova Iorque, International Publishers, 1971); e Louis Althusser, «Contradiction and Overdetermination», pp. 87-128 em *For Marx*, org. Althusser, trad. Ben Brewster (Nova Iorque, Vintage Books, 1970). Para uma panorâmica do desenvolvimento histórico das várias correntes do «marxismo ocidental», ver Perry Anderson, *Considerations on Western Marxism* (Londres, New Left Books, 1976).



cífica correspondente, a sua expressão política da relação de soberania e dependência (12).

A origem fulcral da contradição revolucionária na sociedade, de acordo com os princípios teóricos gerais de Marx, é o aparecimento de um desequilíbrio no seio de um modo de produção entre as forças sociais e as relações sociais de produção.

Num dado estágio do seu desenvolvimento, as forças sociais de produção entram em conflito com as relações de produção existentes ou — o que não é mais do que uma expressão jurídica para a mesma coisa — com as relações de propriedade no quadro das quais tinham operado anteriormente. A partir de certas formas de desenvolvimento das forças de produção, estas relações tornam-se o entrave a esse desenvolvimento. Surge então o período da revolução social (13).

Por sua vez, este desajustamento traduz-se numa intensificação dos conflitos de classes. O surgimento de um novo modo de produção no seio do existente — do capitalismo no feudalismo; do socialismo no capitalismo — cria uma base dinâmica para o desenvolvimento da unidade e para a consciencialização de cada classe proletária revolucionária através dos conflitos com a classe dominante existente. Assim, conduzindo às revoluções burguesas europeias, «os meios de produção e de troca, nos quais se estabeleceu a burguesia, foram gregados na sociedade feudal» (14).

A cada passo do desenvolvimento da burguesia correspondeu um avanço político dessa classe. Uma classe dominada pela nobreza feudal, uma associação apoiada na força das armas e que se geria a si própria no seio da comunidade medieval; aqui uma república urbana independente (como em Itália e na Alemanha), acolá um «terceiro estado» tributável da monarquia (tal como em França); mais tarde, no período manufatureiro propriamente dito, servindo quer a monarquia semifeudal, quer a absolutista, como uma forma de neutralizar a nobreza, e, de facto, pedra angular das grandes monarquias em geral — a burguesia conseguiu por fim, a partir do estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistar o poder político exclusivo no moderno Estado representativo (15).

Da mesma forma, com o estabelecimento do capitalismo, o

desenvolvimento da indústria, cujo promotor involuntário foi a burguesia, substituiu o isolamento dos operários, originado pela competição entre si, pela sua solidariedade revolucionária, devida à sua associação (16).

O proletariado atravessa vários estádios de desenvolvimento. Com o seu nascimento, inicia-se a sua luta contra a burguesia. Inicialmente os conflitos são desencadeados por trabalhadores isolados, depois pelo operariado de uma fábrica, em seguida pelos trabalhadores de uma mesma indústria, numa localidade [...].

(12) Karl Marx, *Capital* (Nova Iorque, International Publishers, 1967), vol. 3, *The Process of Capitalist Production as a Whole*, org. Frederick Engels, p. 791.

(13) Citação do prefácio de Marx a *A Contribution to the Critique of Political Economy*, reimpresso em Lewis, Marx and Engels Basic Writings on Politics and Philosophy (Nova Iorque, Doubleday [Anchor Books], 1959), pp. 43-44.

(14) Citação de *The Communist Manifesto*, reimpresso em Karl Marx e Friedrich Engels, *Selected Works* (New York, International Publishers, 1968), p. 40.

(15) *Ibid.*, p. 37.

(16) *Ibid.*, p. 46.

Ocasionalmente os trabalhadores saem vitoriosos, mas apenas por algum tempo. O verdadeiro fruto das suas lutas reside, não no resultado imediato, mas na sempre crescente união dos trabalhadores. Esta união é favorecida pelos eficientes meios de comunicação criados pela indústria moderna e que põem os trabalhadores de várias localidades em contacto uns com os outros. Era exactamente este contacto que era necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todas elas da mesma natureza, numa única luta nacional entre classes ...

O resultado é que uma guerra civil mais ou menos velada alastra no seio da sociedade, até ao ponto em que essa guerra se transforma numa revolução aberta e o derrube da burguesia permite o estabelecimento do poder do proletariado (17).

A própria Revolução é levada a efeito pela acção desenvolvida pela classe revolucionária nascente e consciente da sua tarefa (isto é, a burguesia nas revoluções burguesas e o proletariado nas revoluções socialistas). Pode a classe revolucionária ser apoiada por outras classes que se lhe aliem tais como o campesinato, mas estes aliados nem revelam uma perfeita consciência de classe nem estão politicamente organizados ao nível nacional. Uma vez bem sucedida, a revolução traduz a transição de um anterior modo de produção e forma de dominação de classe para um novo modo de produção, no qual novas relações sociais de produção, novos modelos políticos e ideológicos, de um modo geral, a hegemonia da recém-triunfante classe revolucionária criam as condições apropriadas para o desenvolvimento da sociedade. Em resumo, na perspectiva de Marx as revoluções originam-se em modos de produção divididos por classes e transformam um modo de produção noutra, através da luta de classes.

As outras três famílias de teorias da revolução constituíram-se muito mais recentemente que o marxismo (embora todas elas retirem alguns temas específicos dos teóricos sociais clássicos, incluindo Tocqueville, Durkheim e Weber, bem como do próprio Marx). Na verdade, durante as duas últimas décadas as teorias da revolução proliferaram na ciência social americana. Este recente surto relaciona-se sobretudo com a compreensão das raízes da instabilidade social e da violência política, não raramente com o propósito declarado de ajudar as autoridades estabelecidas a prevenir ou a melhorar essas condições, quer a nível nacional, quer internacionalmente. Contudo, quaisquer que sejam as suas aplicações previstas, desenvolveram-se nesse sentido algumas teorias complicadas, quer para explicar as revoluções em si, quer com o objectivo de incluir explicitamente as revoluções numa mais ampla classe de fenómenos que pretendem explicar. Na sua maior parte, estas teorias recentes podem ser identificadas com uma das seguintes três abordagens principais: teorias de *psicologia de massas*, que pretendem explicar as revoluções em termos de motivações psicológicas das massas que as levam a praticar actos de violência política ou a associar-se a movimentos de oposição (18); teorias da *homogeneidade dos sistemas*, que pretendem explicar as revoluções

(17) *Ibid.*, pp. 42-43, 45.

(18) Na crença de que as revoluções têm origem na mente dos homens, estes teóricos fundamentam-se em várias teorias psicológicas de dinâmicas motivacionais. Alguns deles apoiam os seus argumentos em teorias cognitivas: James Geschwender, «Explorations in the Theory of Social Movements and Revolution», *Social Forces*, 42: 2 (1968), pp. 127-135; Harry Eckstein, «On the Etiology of Internal Wars», *History and Theory*, 42: 2 (1965), pp. 133-163; e David C. Schwartz, «A Theory of Revolutionary Behavior», in *When Men Revolt and Why*, James C. Davies, org. (Nova Iorque, Free Press, 1971), pp. 109-132. Contudo, a mais predominante e perfeitamente desenvolvida das variantes da teoria psicológica global baseia-se nas teorias da frustração-agressão do comportamento violento. Incluem-se aqui alguns investigadores e trabalhos importantes: James C. Davies, «Toward a Theory of Revolution», *Ameri-*



como sendo respostas violentas dos movimentos ideológicos a um desequilíbrio grave dos sistemas sociais (19); e as teorias do *conflito político*, segundo as quais o conflito entre os governos e os vários grupos organizados que lutam pelo Poder deve ocupar o lugar crucial na explicação da violência colectiva e das revoluções (20). Dentro de cada uma destas perspectivas salientamos uma obra teórica representativa: *Why Men Rebel*, de Ted Gurr, situa-se na perspectiva da psicologia de massas; na teoria da homogeneidade dos sistemas avulta o trabalho de Chalmers Johnson *Revolutionary Change*; e na abordagem pelo conflito político salienta-se o trabalho de Charles Tilly *From Mobilization to Revolution*.

Em *Why Men Rebel* (21), Ted Gurr visa a desenvolver uma teoria geral, essencialmente psicológica, da importância e das formas de que se reveste a «violência política» definida como

quaisquer ataques colectivos no seio de uma comunidade política e dirigidos contra o regime político, os seus agentes — incluindo grupos políticos litigantes ou aliados — ou contra os seus programas políticos. O conceito abrange um conjunto de acontecimentos, de que um aspecto comum é a utilização real ou a ameaça de utilização da violência [...]. Inclui ainda a revolução... Abrange também a guerrilha, os golpes de Estado, as rebeliões e tumultos (22).

A teoria de Gurr é complexa e está cheia de interessantes matizes no seu conjunto, mas no fundo é muito simples: a violência política ocorre a partir do momento

*can Sociological Review*, 27 (1962), pp. 5-18 e «The J-Curve of Rising and Declining Satisfactions as the Cause of Some Great Revolutions and a Contained Rebellion», in *Violence in America*, eds. Hugh Davis Graham e Ted Robert Gurr (Nova Iorque, Signet Books, 1969), pp. 671-709; Ivo K. e Rosalind L. Feierabend «Systemic Conditions of Political Aggression: An Application of Frustration-Aggression theory», in *Anger, Violence and Politics*, eds. Ivo K. e Rosalind L. Feierabend e Ted Robert Gurr (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1972), pp. 136-183; e, com Betty A. Nesvold, «Social Change and Political Violence: Cross-National Patterns», in *Violence in America*, eds. Davis e Gurr, pp. 60-68; e Ted Robert Gurr, «A Causal Model of Civil Strife: A Comparative Analysis Using New Indices», *American Political Science Review*, 62 (Dezembro de 1968), pp. 1104-1124; e «Psychological Factors in Civil Violence», *World Politics*, 20 (Janeiro de 1968), pp. 245-278.

(19) Sob esta rubrica incluiria (a acrescentar ao livro de Chalmers Johnson citado na nota 32): Talcott Parsons, «The Processes of Change of Social Systems», *The Social System* (Nova Iorque, Free Press, 1951), cap. 9; Anthony F. C. Wallace, «Revitalization Movements», *American Anthropologist*, 58 (Abril de 1956), pp. 264-281; Neil J. Smelser, *Theory of Collective Behavior* (Nova Iorque, Free Press, 1963); e Edward A. Tiryakian, «A Model of Societal Change and Its Lead Indicators», in *The Study of Total Societies*, org. Samuel Z. Klausner (Nova Iorque, Doubleday [Anchor Books], 1967), pp. 69-97.

(20) Nos trabalhos dos teóricos dos conflitos políticos incluem-se: Anthony Oberschall, *Social Conflict and Social Movements* (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1973) e «Rising Expectations and Political Turmoil», *Journal of Development Studies*, 6: 1 (Outubro de 1969), pp. 5-22; William H. Overholt, «Revolution», in *The Sociology of Political Organization* (Croton-on-Hudson, N. I., The Hudson Institute, 1972); D. E. H. Russell, *Rebellion, Revolution and Armed Force* (Nova Iorque, Academic Press, 1974); e Charles Tilly, «Does Modernization Breed Revolution?», *Comparative Politics*, 5: 3 (Abril de 1973), pp. 425-447, e «Revolutions and Collective Violence», em *Handbook of Political Science*, eds. Fred I. Greenstein and Nelson W. Polsby (Reading, Mass., Addison-Wesley, 1975), vol. 3, *Macropolitical Theory*, pp. 483-556.

(21) Ted Robert Gurr, *Why Men Rebel* (Princeton, N. J., Princeton University Press, 1970).

(22) *Ibid.*, pp. 3-4.

em que muitas pessoas na sociedade se encolerizam, especialmente se as condições culturais e de ordem prática incitarem à agressão contra alvos políticos. E as pessoas encolerizam-se quando se verifica um desfasamento entre as oportunidades e as coisas apreçadas a que se sentem com direito e as coisas e as oportunidades a que realmente têm acesso — situação conhecida como «privação relativa». Gurr propõe alguns modelos adequados para explicar as principais formas distintas de violência política. Faz uma distinção entre «tumulto», «conspiração» e «guerra interna» como sendo as principais formas. As revoluções são incluídas na categoria das guerras internas, juntamente com o terrorismo em larga escala, as guerrilhas e as guerras civis. O que distingue as guerras internas das outras formas de violência é que são mais organizadas que os tumultos e têm um maior apoio das massas do que a conspiração. Por conseguinte, é lógico que as revoluções sejam explicadas como devidas fundamentalmente à ocorrência numa sociedade de uma relativa privação generalizada, intensa e multifacetada, que atinge tanto as massas como aqueles que aspiram a integrar-se numa *élite* (23). Assim, se os potenciais cabecilhas e os seus seguidores se sentem da mesma forma intensamente frustrados, tornam-se prováveis não só uma ampla participação como uma organização deliberada da violência política e estão adquiridas as condições essenciais para uma guerra interna.

O trabalho de Charles Tilly *From Mobilization to Revolution* (24) representa, por assim dizer, a culminante exposição teórica de uma abordagem do conflito político em polémica oposição às explicações da violência política baseadas na frustração-agressão, como era o caso das de Ted Gurr. As réplicas fundamentais são convincentes e inequívocas. Os teóricos do conflito político consideram que, por mais intenso que seja o grau de descontentamento de um agregado humano, as pessoas apenas se empenham numa acção política (incluindo a violência) se fizerem pelo menos parte de grupos minimamente organizados com acesso a alguns recursos. Mesmo assim, será possível aos governos ou a grupos concorrentes reprimir com sucesso o desejo de empenhamento na acção colectiva, tornando os custos insuportavelmente elevados. Além disso, os teóricos do conflito político, tal como o faz Tilly, afirmam que

as revoluções e a violência colectiva tendem a emanar directamente de processos políticos bem definidos no seio de uma população, em vez de expressarem tensões e descontentamentos difusos existentes no seio da população; [...] são mais importantes as reivindicações e as contra-reivindicações específicas que os vários grupos mobilizados colocam ao governo em causa do que a satisfação ou o descontentamento generalizados desses grupos, da mesma forma que são cruciais as reivindicações de lugares-chave na estrutura do Poder (25).

De facto, Tilly recusa-se a fazer da violência o seu objecto de análise, já que considera que os casos de violência colectiva são, na verdade, apenas subprodutos dos processos normais da competição entre grupos pelo Poder e por objectivos antagónicos. Pelo contrário, o objecto do seu estudo é a «acção colectiva», definida como «acção conjunta de massas que aspiram a interesses comuns» (26). Tilly analisa a acção colectiva a partir de dois modelos gerais — um «modelo político» e um «modelo de mobilização» (27). Os principais elementos do modelo político são os governos (organizações que controlam os principais meios centralizados de coerção no seio de uma popu-

(23) *Ibid.*, especialmente pp. 334-347.

(24) Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (Reading, Mass., Addison-Wesley, 1978).

(25) Tilly, «Does Modernization Breed Revolution?», p. 436.

(26) Tilly, *Mobilization to Revolution*, p. 7.

(27) *Ibid.*, cap. 3.



lação) e os grupos em luta pelo Poder, que incluem tanto membros (adversários que têm um acesso facilitado e familiarizado aos recursos do governo) como competidores (todos os outros adversários). O modelo de mobilização inclui variáveis que servem para explicar o tipo de acção colectiva levada a cabo por determinados adversários. Essas variáveis referem-se a interesses de grupo, níveis de organização, quantidade de recursos sob controlo colectivo e as oportunidades e ameaças com que determinados adversários se confrontam nas suas relações com os governos e outros grupos de competidores.

Para Tilly, a revolução é um caso especial de acção colectiva na qual ambos (ou todos) os competidores lutam pela suprema soberania política sobre uma população e conseguem pelo menos até certo ponto afastar os detentores do Poder (28). De acordo com esta concepção, são as seguintes as causas de uma situação revolucionária de «soberania múltipla». O primeiro aspecto a considerar deverá ser o de verificar se na sociedade em causa existem tendências de longo prazo para deslocar recursos de uns grupos sociais para outros (particularmente se os grupos beneficiados estiveram anteriormente excluídos do quadro político). Em segundo lugar, é importante analisar quaisquer ocorrências de médio prazo, tais como a proliferação de ideologias revolucionárias e o aumento do descontentamento popular, que propiciam o aparecimento de competidores revolucionários pela soberania política e de amplos sectores da população em apoio das reivindicações destes. Por fim:

O momento revolucionário surge quando elementos de... [uma] população anteriormente aquiescentes, colocados perante exigências estritamente incompatíveis do governo e de um organismo alternativo que reivindica controlar o próprio governo — obedecem a este organismo alternativo. Pagam-lhe impostos, fornecem homens para os seus exércitos, mantêm os seus funcionários, honram os seus símbolos, consagram tempo ao seu serviço ou entregam-lhe outros recursos, apesar da proibição do governo ainda no Poder e ao qual obedeciam anteriormente. Instalou-se a soberania múltipla (29).

Por sua vez, as revoluções bem sucedidas não dependem apenas da soberania múltipla. Provavelmente são também condicionadas pela «formação de coalizões entre membros do poder político e os competidores que proponham alternativas exclusivas de controlo sobre o governo» (30). E dependem claramente do «apertado controlo exercido pela coalizão revolucionária» (31). Deste modo, apenas se estas condições adicionais se verificarem e mantiverem é que os competidores revolucionários poderão derrotar e substituir os detentores do Poder.

Enquanto Ted Gurr e Charles Tilly analisam as revoluções como tipos específicos de acontecimentos políticos explicáveis em termos de teorias gerais de violência política ou de acção colectiva, Chalmers Johnson em *Revolutionary Change* (32) adopta uma posição paralela à de Marx ao perspectivar as revoluções a partir de uma teoria macrosociológica da integração e mudança sociais. À semelhança do estudo da fisiologia e da patologia, Johnson defende que «a análise da revolução se cruza com a análise de sociedades viáveis em funcionamento» (33). Bebendo as suas ideias sociológicas

(28) Ver *ibid.*, cap. 7.

(29) Tilly, «Revolutions and Collective Action», in *Handbook of Political Science*, orgs. Greenstein and Polsby, vol. 3, *Macropolitical Theory*, pp. 520-521.

(30) Tilly, *Mobilization to Revolution*, p. 213.

(31) *Ibid.*, p. 212.

(32) Chalmers Johnson, *Revolutionary Change* (Boston, Little Brown, 1966). Para o resumo que se segue baseei-me especialmente nos capítulos 1-5.

(33) *Ibid.*, p. 3.

nos Parsonianos, Johnson sustenta que uma sociedade normal e não em crise deveria ser entendida como um «sistema social orientado por valores», funcionalmente adaptado às exigências do contexto em que se insere. Tal sistema social é um conjunto de instituições estruturalmente consistente que expressam e determinam as normas e as funções do sistema de valores no seio da sociedade. Estes valores foram interiorizados mediante processos de socialização de modo a servirem como padrões pessoais morais e definidores da realidade para a grande maioria dos membros adultos da sociedade. Além disso, a autoridade política deve ser legitimada no seio da sociedade a partir de valores reconhecidos socialmente.

Johnson explica e define as revoluções a partir deste modelo de sistema social orientado por valores. A violência e a transformação são, segundo Johnson, as características específicas da revolução: «Fazer uma revolução é aceitar a violência como meio de atingir o objectivo que consiste na mudança do sistema; mais precisamente, é a aplicação intencional de uma estratégia de violência de modo a efectivar uma mudança na estrutura social (34)». Quando são bem sucedidas, o que as revoluções transformam acima de tudo é o sistema de valores fundamentais dessa sociedade. É a determinação para fazê-lo toma a forma de um movimento ideológico preparado para usar a violência contra as autoridades existentes. Contudo, um movimento com estas características só se manifestará se o sistema social vigente entrar em crise. Segundo Johnson, verifica-se tal ocorrência sempre que o sistema de valores e o contexto em que se inserem ficarem fortemente «dessincronizados», devido a intrusões externas ou internas — especialmente as decorrentes de novos valores ou de novas tecnologias. Uma vez iniciada essa dessincronização, os membros da sociedade desorientam-se e assim tornam-se receptivos aos valores alternativos propostos por um movimento revolucionário. Quando isso acontece, as autoridades existentes perdem a sua legitimidade e vêem-se obrigadas a recorrer cada vez mais à coerção a fim de manter a ordem. Todavia, apenas poderão ser bem sucedidas durante algum tempo. Se as autoridades forem inteligentes, flexíveis e hábeis, porão em prática reformas no sentido de «ressincronizar» os valores e o sistema social. Porém, se as autoridades forem obstinadamente «intransigentes», então a revolução realizará uma mudança sistémica pela violência. E isso acontece tanto mais depressa quanto algum «factor ditado pela sorte» vier minar a capacidade necessariamente ténue e temporária das autoridades para fazer uso da coerção.

Uma força superior pode atrasar a erupção da violência; todavia, a divisão da força de trabalho mantida pelos Cossacos já não é uma comunidade que partilha os mesmos valores, e numa situação equivalente (por exemplo, a África do Sul de hoje [1966]), a revolução é endémica e, *ceteris paribus*, é inevitável uma insurreição. Este facto revela [...] a necessidade de estudar a estrutura de valores de um sistema e os seus problemas de modo a conceptualizar a situação revolucionária de qualquer modo significativo (35).

As revoluções que são bem sucedidas acabam por realizar a ressincronização dos valores com o contexto do sistema social que não chegara a ser efectuada pelas incompetentes ou intransigentes autoridades do regime anterior. Na realidade, na perspectiva de Johnson é mais a revolução do que a transformação progressiva que se torna possível e necessária, porquanto as autoridades do período pré-revolucionário fracasaram, perdendo assim a sua legitimidade. De acordo com a teoria de Johnson sobre a sociedade e as mudanças sociais, os sistemas de valores e a legitimidade política constituem os elementos-chave para explicar a emergência das situações revolucionárias, as opções das autoridades existentes e a natureza e sucesso das forças revolucionárias.

(34) *Ibid.*, p. 57.

(35) *Ibid.*, p. 32.



Mesmo a partir de breves esboços como o que aqui se apresenta, tornar-se-á rapidamente evidente que existem profundas discordâncias entre os principais tipos de teorias sociocientíficas, não só quanto ao modo como explicar as revoluções, mas até sobre o modo como defini-las. Neste livro não existe certamente um propósito de neutralidade em relação a tais desacordos. É perfeitamente evidente que o conceito de revolução social usado aqui foi influenciado em larga medida pela ênfase dada pelo marxismo às mudanças socioestruturais e à luta de classes. E recusa, quer o abstrair dos problemas da transformação estrutural, como o fazem Tilly e Gurr, quer a perspectiva, que é a de Johnson, segundo a qual a chave para compreender a mudança social revolucionária reside na reorientação do sistema de valores sociais. Além disso, em toda a minha análise global das causas e consequências das revoluções sociais renunciei a hipóteses explicativas quanto à privação relativa e ao descontentamento colectivo — essencialmente porque aceito as críticas destas ideias feitas por alguns teóricos dos conflitos políticos. Também coloco de parte (por razões que se tornarão líquidas no decurso da própria exposição) as noções de desequilíbrio do sistema e de retirada da legitimidade à autoridade e a conversão às concepções do mundo revolucionário. Em contrapartida, com o propósito determinado de compreender alguns dos conflitos inerentes às revoluções sociais, apoiar-me-ei amplamente em alguns conceitos adaptados das perspectivas marxistas e das do conflito político.

A concepção marxista das relações de classes como tendo a sua origem no controlo da propriedade das forças produtivas e na apropriação das mais-valias económicas dos produtores directos pelos não produtores é, a meu ver, um instrumento teórico indispensável para identificar uma dada contradição essencial no seio da sociedade. As relações de classes constituem sempre uma fonte potencial de conflitos sociais e políticos estereotipados e as lutas de classes e as mudanças nas relações entre classes ocupam de facto um lugar preponderante nas transformações sociais revolucionárias conduzidas com êxito. Quanto aos casos a estudar com profundidade neste livro — França, Rússia e China —, é particularmente necessário analisar as relações de classes entre os camponeses e os senhores da terra. Estas relações constituíram o campo de manobra das tensões subjacentes que influenciaram as dinâmicas política e económica dos períodos pré-revolucionários dos Antigos Regimes, mesmo durante os períodos em que não se manifestaram abertamente conflitos entre as classes. Além disso, durante as Revoluções Francesa, Russa e Chinesa, os camponeses insurgiram-se de uma forma directa contra os privilégios de classe dos senhores da terra, e estas lutas de classes no campo contribuíram tanto directa como indirectamente para o conjunto das transformações sociopolíticas levadas a cabo pelas Revoluções. Por conseguinte, será claramente importante compreender as razões e exactamente o modo como estas lutas de classes se desenvolveram durante as Revoluções.

Para esse efeito, à análise das classes devem aliar-se as ideias dos teóricos do conflito político. Uma coisa é identificar as tensões potenciais subjacentes às relações objectivas de classes tal como são entendidas pela perspectiva marxista. Outra coisa é compreender como e quando os elementos de uma classe se sentem eles próprios capazes de lutar efectivamente pelos seus interesses. Quando e como são capazes as classes subordinadas de lutar com êxito contra aqueles que as exploram? E quando e como as classes dominantes têm capacidade para uma acção política colectiva? Para responder a tais questões, é particularmente fecundo o argumento do conflito político, segundo o qual a acção colectiva se baseia na organização de grupo e no acesso aos recursos do Poder, incluindo muitas vezes os recursos coercivos. Logo, na análise dos casos históricos incluídos neste livro, não identificarei apenas as classes e os seus interesses. Investigarei também a presença ou a ausência (e as formas exactas) da organização e dos recursos à disposição dos membros de uma classe social para empreender lutas em prol dos seus interesses.

Deste modo, considero alguns aspectos de duas das abordagens teóricas relevantes para o projecto de compreender as revoluções sociais. Não obstante, tal como já foi sugerido, o propósito primordial deste capítulo não consiste em avaliar as relati-

vas consistências e inconsistências das várias famílias de teorias da revolução. O que sobretudo se pretende é debater determinadas concepções, pressupostos e métodos explicativos que todas elas, apesar das suas diferenças evidentes, partilham de facto.

Três princípios fundamentais de análise necessitam de ser considerados como alternativas às características essenciais partilhadas por todas as teorias da revolução actualmente em voga. Em primeiro lugar, uma compreensão adequada das revoluções sociais exige que o estudioso assuma uma perspectiva estrutural não voluntarista das suas causas e processos. Todavia, todas as abordagens existentes teorizam a partir de uma imagem voluntarista de como as revoluções acontecem. Em segundo lugar, as revoluções sociais não podem ser explicadas sem uma referência sistemática às estruturas *internacionais* e à evolução histórica mundial. Contudo, as teorias existentes centram-se fundamental ou exclusivamente nos conflitos e processos de modernização *intranacionais*. Em terceiro lugar, a fim de explicar as causas e consequências das revoluções sociais, é essencial conceber os Estados como organizações administrativas e coercivas — organizações que são potencialmente autónomas em relação aos interesses e às estruturas socioeconómicas (embora sejam por certo condicionadas por tais interesses e estruturas). No entanto, as teorias da revolução prevaletentes destroem nas suas análises o Estado e a sociedade ou reduzem as acções políticas e do Estado a representações de forças e interesses socioeconómicos.

Cada uma destas asserções é de importância capital, não apenas como crítica às deficiências comuns às teorias existentes mas também como ponto de partida para a análise das revoluções sociais neste livro. Assim, cada uma merece uma elaboração sistemática própria.

### Uma perspectiva estrutural

Se abstrairmos das divergências entre as principais perspectivas teóricas das revoluções, o que se torna mais notório é o facto de as quatro abordagens serem baseadas e enformadas pela mesma ideia do processo revolucionário no seu conjunto. Segundo esta visão comum às quatro abordagens, em primeiro lugar, as mudanças nos sistemas sociais ou nas sociedades originam injustiças, desorientação social ou ainda novos interesses de classe ou de grupo e novas potencialidades para uma mobilização colectiva. Desenvolve-se então um movimento intencional apoiado nas massas — que se torna coeso por acção da ideologia e da organização —, movimento esse que conscientemente empreende o derrube do governo existente e talvez a subversão de toda a ordem social. Por último, o movimento revolucionário luta por tirar o Poder às autoridades ou à classe dominante e, no caso de vencer, intenta estabelecer a sua própria autoridade e o seu próprio programa.

Todas as perspectivas teóricas que passámos em revista (com as variantes decorrentes das características metodológicas e dos princípios teóricos específicos de cada uma delas) pressupõem que o modelo do processo revolucionário genérico constitui um movimento enformado ou norteado por uma intencionalidade. Nenhuma destas perspectivas põe alguma vez em questão a premissa de que, para ocorrer uma revolução, uma condição causal necessária consiste na emergência de um esforço deliberado — um esforço que une líderes e seguidores no propósito de subverter a ordem política ou social vigente. Assim, para Ted Gurr, «a sequência causal fundamental da violência política é em primeiro lugar o aumento do descontentamento, em segundo lugar a politização desse descontentamento e por último a sua materialização em acções violentas contra instâncias e figuras políticas» (36). E, tal como foi mencionado no resumo da teoria de Gurr, as revoluções só são levadas a cabo se os líderes orga-

(36) Gurr, *Why Men Rebel*, pp. 12-13.



nizarem deliberadamente a expressão do descontentamento das massas. Da mesma forma, Chalmers Johnson coloca a tónica na desorientação generalizada das pessoas seguida da adesão a valores alternativos propostos por um movimento ideológico revolucionário que entra então em choque com as autoridades vigentes. Tilly centra a sua teoria na fase final do processo revolucionário orientado para um objectivo: o embate entre os revolucionários organizados em luta pelo Poder e o governo. Refere-se ainda às causas psicológicas e ideológicas salientadas pelos teóricos da privação relativa e da homogeneidade dos sistemas a fim de explicarem o aparecimento da organização revolucionária bem como da sua base de apoio popular. Por último, é evidente que também o marxismo adopta geralmente uma versão da premissa, segundo a qual as revoluções são feitas por movimentos orientados para um dado objectivo. De facto, os marxistas consideram que o aparecimento de uma «classe para si» organizada e com consciência de si (37), mesmo que se efectue através de prolongadas lutas preparatórias, é a condição intermédia necessária para que se dê uma bem sucedida transformação revolucionária resultante das contradições de um modo de produção. Além disso, depois de Marx, muitos dos desenvolvimentos teóricos do marxismo valorizaram desproporcionadamente os elementos mais voluntaristas inerentes à teoria original de Marx sobre as revoluções. Claro que isto não se aplica à maioria dos teóricos da II Internacional. No entanto, foi característico do leninismo e do maoísmo a importância dada ao voluntarismo, com a tónica posta no papel do partido de vanguarda na organização «da vontade do proletariado». O voluntarismo também foi característico daqueles marxistas do Ocidente, como Lukács e Gramsci, que defendiam a importância da consciência ou hegemonia de classe para transformar as contradições económicas objectivas em revoluções factuais.

Talvez valha a pena notar que a adesão a uma imagem voluntarista do processo pelo qual as revoluções se efectivam induz mesmo teorias que pretendem ser estruturo-sociais a fornecerem explicações de natureza psicossocial. Uma vez que, de acordo com essa imagem, as crises revolucionárias ocorrem apenas (ou fundamentalmente) devido ao aparecimento da insatisfação ou desorientação populares ou de grupos mobilizáveis para objectivos revolucionários. E a destruição e transformação do Antigo Regime verificam-se apenas porque um movimento revolucionário voluntarista se formou com a intenção de atingir esse fim. Consequentemente, os estudiosos são inexoravelmente encorajados a considerar como o cerne da questão os sentimentos de insatisfação das pessoas ou a sua consciência de objectivos e valores a que fundamentalmente se opõem. Tilly, por exemplo, desenvolveu originariamente a sua teoria da acção colectiva, com a sua ênfase na organização de grupos sociais e no acesso aos recursos do Poder, como uma alternativa clara às teorias sociopsicológicas da violência política. Todavia, pelo facto de definir as situações revolucionárias em termos do *objective efficacy* — soberania total — pelo qual lutam os contendores, Tilly conclui fazendo eco das explicações de Johnson sobre a liderança ideológica revolucionária e das hipóteses colocadas por Gurr acerca do descontentamento como explicação do apoio dado pelas massas às organizações revolucionárias (38). Da mesma forma, à medida que os neomarxistas passaram a considerar a consciência de classe e a organização partidária

(37) Os marxistas distinguem frequentemente, por um lado, uma «classe em si», constituída por um conjunto de pessoas que estão objectivamente situadas de uma forma idêntica no tocante às relações de propriedade no processo de produção, mas que carecem de uma consciência e organização política comuns. Por outro lado, salientam uma «classe para si», a qual possui autoconsciência e organização políticas. Um exemplo célebre desta distinção é a análise que Marx faz do campesinato francês em *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, incluído em Karl Marx e Friedrich Engels, *Selected Works* (Nova Iorque, International Publishers, 1968), pp. 171-172.

(38) Ver particularmente Tilly, *Mobilization to Revolution*, pp. 202-209.

como as questões-chave das revoluções foram-se progressivamente desinteressando de explorar as questões relacionadas com as condições estruturais objectivas para o surgimento das revoluções. Pelo contrário, certos da justeza da análise económica de Marx sobre as condições sociais e históricas objectivas necessárias ao surgimento da revolução investiram energias teóricas inovadoras na indagação das condições subjectivas a considerar — correcta ou erradamente — como politicamente mais manipuláveis para realizar uma revolução potencial quando as condições objectivas estiverem presentes.

Que está errado na imagem voluntarista do modo como se desenrolam as revoluções? Em primeiro lugar, ela sugere insistentemente que a ordem social assenta fundamental ou proximamente num consenso da maioria (ou das classes inferiores) cujas necessidades estejam a ser satisfeitas. Esta imagem sugere que a condição suprema e suficiente para a revolução é a retirada deste apoio consensual e, reciprocamente, nenhum regime poderá sobreviver se as massas populares tiverem consciência do seu descontentamento. Embora certamente estas ideias nunca pudessem ser completamente aceites pelos marxistas, poderão insinuar-se beneficiando do relevo dado à consciência ou hegemonia de classe. Assim, não surpreende que Gurr e Johnson adoptem estas noções de uma forma perfeitamente explícita (39). E Tilly desliza para uma versão delas quando define os governos e as organizações revolucionárias, competindo para granjear apoio popular, pelo que são as opções populares que determinam se uma situação revolucionária progride ou não (40). Não há dúvida de que qualquer destas concepções consensuais e voluntaristas da ordem, ruptura ou mudança sociais é perfeitamente ingénua. São desmentidas da maneira mais evidente pela prolongada sobrevivência de regimes clamorosamente repressivos e domesticamente ilegítimos como o da África do Sul (41).

E mais importante é o facto de a imagem voluntarista ser bastante enganadora no tocante às causas e aos processos das revoluções sociais que ocorreram historicamente. Quanto às causas, independentemente da forma que possam revestir as revoluções sociais no futuro (por exemplo, numa democracia liberal industrializada), o facto é que historicamente nenhuma revolução social bem sucedida jamais foi «feita» por um movimento declaradamente revolucionário e mobilizador de massas. Tal como Jeremy Brecher salientou muito bem, «de facto, os movimentos revolucionários raramente se iniciam com uma intenção revolucionária; esta só se manifesta no decurso da própria luta» (42). Naturalmente que as organizações e ideologias revolucionárias têm contribuído para cimentar a solidariedade das vanguardas radicais antes e/ou durante as crises revolucionárias. Além disso, facilitaram grandemente a consolidação dos novos regimes. Porém, de nenhum modo estas vanguardas — e muito menos as vanguardas que inspiram ideologicamente e mobilizam grandes massas de seguidores — alguma vez deram origem às crises revolucionárias que exploraram. Pelo contrário, como veremos em ulteriores capítulos, as situações revolucionárias desenvolveram-se devido à irrupção de crises político-militares no aparelho de Estado e entre as classes dominantes.

(39) Por exemplo, Gurr sustenta que a «ordem pública é mais efectivamente mantida — apenas pode ser mantida — quando nela os meios são bastantes para que os homens trabalhem no sentido de realizarem as suas aspirações (*Why Men Rebel*, p. X).» E, para Johnson, as sociedades, quando estáveis, são «comunidades de partilhadores de valores».

(40) Ver a anterior nota 29. Esta nota refere a fonte de uma citação de Tilly que aparece no texto, p. 24.

(41) Ver, por exemplo, Herbert Adam, *Modernizing Racial Domination: South Africa's Political Dynamics* (Berkeley, University of California Press, 1971) e ainda Russell, *Rebellion, Revolution, and Armed Force*, caps. 1-3. Ambos os trabalhos insistem na coesão e estabilidade do Estado da África do Sul como constituindo o principal obstáculo à revolução, apesar do descontentamento e dos protestos da maioria não branca.

(42) Jeremy Brecher, *Strike!* (S. Francisco, Straight Arrow Books, 1972), p. 240.



É só devido às possibilidades então criadas é que as massas rebeldes e os dirigentes revolucionários contribuíram para a efectivação das transformações revolucionárias. Além disso, as massas rebeldes agiram em muitos casos por sua conta, sem serem directamente organizadas ou ideologicamente inspiradas por líderes ou objectivos declaradamente revolucionários. No entanto diz respeito às causas das revoluções sociais históricas, Wendell Phillips estava inteiramente certo ao declarar certa vez: «As revoluções não se fazem; surgem (43).»

A imagem voluntarista é tão enganadora quanto às consequências e aos processos das revoluções históricas como o é em relação às suas causas. Com efeito, esta imagem sugere insistentemente que os estádios do processo revolucionário e as suas consequências podem ser compreendidos em termos da actividade e intenções ou interesses do(s) grupo(s)-chave que desencadeou(aram) a revolução. Assim, embora Gurr não pareça encarar as revoluções como muito mais do que actos de mera destruição, sustenta que isto se deve directamente à actividade das massas e líderes frustrados e enfurecidos que originariamente provocaram a revolução. Para Johnson, o violento reequilíbrio de valores operado pela revolução é consequência do movimento ideológico que se desenvolveu no seio do antigo e dessincronizado sistema social. E os marxistas não raro atribuem a lógica subjacente aos processos revolucionários aos interesses e acções da historicamente relevante «classe para si», a burguesia ou o proletariado.

Mas tais noções são demasiado simplistas (44). De facto, nas revoluções que se verificaram ao longo da História, grupos diferentemente situados e com motivações diversas tomaram parte activa no complexo emaranhamento de múltiplos conflitos. Estes conflitos foram em larga medida condicionados e limitados pelas condições socioeconómicas e internacionais vigentes. E desenvolveram-se por diferentes vias, consoante o modo como originariamente surgiu cada situação revolucionária. A lógica destes conflitos não foi controlada por nenhuma classe ou grupo social, fosse qual fosse a sua importância aparentemente fulcral no processo revolucionário. E os conflitos revolucionários invariavelmente deram origem a consequências nem completamente previstas nem visadas por qualquer um dos grupos envolvidos — nem tão-pouco servindo completamente os seus interesses. Por conseguinte, não valerá a pena tentar decifrar a lógica dos processos ou consequências de uma revolução social adoptando a perspectiva ou seguindo as acções de qualquer classe, *élite* ou organização — por mais importante que seja o seu papel activo. Como Eric Hobsbawm primorosamente sublinhou, «a evidente importância que os actores possuem ter no drama ... não significa

(43) Citação atribuída (sem referência precisa) a Wendell Phillips por Stephen F. Cohen no seu *Bukharin and the Bolshevik Revolution* (Nova Iorque, Knopf, 1973), p. 336.

(44) Tilly não chega a apresentar os processos e consequências revolucionários como realização deliberada de grupos particulares em acção, se bem que não deixe de apresentar as causas das situações revolucionárias em termos de acção intencional. Tal explica-se pelo facto de Tilly retratar a emergência das situações revolucionárias como resultando das *coalitões* de grupos mobilizados e sugerir que essas coalitões normalmente se desmembram durante as revoluções, o que dá origem a uma série de conflitos intergrupais que nenhum grupo controla completamente. Esta visão do processo revolucionário é bastante válida. No entanto, a visão de Tilly das situações revolucionárias como *causadas* por coalitões que questionam deliberadamente a soberania do governo existente afigura-se-me demasiado intencional, pelo menos em relação aos casos históricos que estudei mais de perto. Para estes casos, a ideia de *conjuntura* — implicando a convergência de processos e esforços de grupos separadamente determinados e não conscientemente coordenados (ou deliberadamente revolucionários) — parece-me uma perspectiva mais útil das causas das revoluções sociais do que a ideia de coalitões intergrupais. As razões para esta minha convicção tornar-se-ão evidentes no decurso do livro, particularmente nos capítulos 2 e 3.

que eles sejam também dramaturgo, produtor e cenógrafo». «Consequentemente», conclui Hobsbawm, «as teorias que dão demasiada ênfase aos elementos subjectivos ou voluntaristas na revolução devem ser tomadas com precaução (45).»

Qualquer explicação válida da revolução depende de um certo «distanciamento» por parte do estudioso em relação aos pontos de vista dos participantes para encontrar um fio condutor, percorrendo determinadas etapas históricas — incluindo modelos institucionais e históricos semelhantes nas várias circunstâncias em que ocorreram revoluções, assim como idênticos modelos de conflito nas etapas ao longo das quais elas se foram desenvolvendo. Como salienta o historiador Gordon Wood:

Não é que as motivações humanas não sejam importantes; elas originam realmente acontecimentos, incluindo revoluções. Mas os objectivos dos homens, particularmente numa revolução, são tão numerosos, tão variados e tão contraditórios que a sua complexa interacção suscita consequências que ninguém visava ou podia até prever. É a esta interacção e a estas consequências que alguns historiadores recentes se referem quando falam tão depreciativamente dessas «determinantes subjacentes» e «forças impessoais e inexoráveis» que levam à Revolução. Será então limitada a explicação histórica que não tome em consideração estas «forças», já que, por outras palavras, conta apenas com a compreensão das intenções conscientes dos intervenientes (46).

A fim de explicar as revoluções sociais é preciso considerar-se como problemático, em primeiro lugar, o aparecimento (não a «geração») de uma situação revolucionária no seio de um antigo regime. Então deve-se ser capaz de reconhecer a complexa e objectivamente condicionada interacção das múltiplas acções dos grupos diversamente situados — uma interacção que molda o processo revolucionário e dá origem ao novo regime. Só se pode começar a fazer uma ideia desta complexidade examinando simultaneamente as situações determinadas institucionalmente e as relações entre grupos no seio de uma sociedade e, por outro lado, as inter-relações entre sociedades no quadro de estruturas internacionais em desenvolvimento à escala do mundo. Ter tal perspectiva pessoal e não subjectiva — que põe em relevo padrões de relações entre grupos e sociedades — representa trabalhar a partir do que genericamente se denomina uma perspectiva estrutural da realidade histórico-social. Esta perspectiva é essencial para o estudo das revoluções sociais.

### Contextos internacionais e históricos à escala mundial

Se uma perspectiva estrutural implica que se dê relevo ao problema das relações, devem ser consideradas tanto as relações transnacionais como as relações estabelecidas entre grupos diferentemente situados no seio dos países em causa. As relações transnacionais contribuíram para o aparecimento de todas as crises revolucionárias das sociedades e concorreram invariavelmente para o desenrolar das lutas revolucionárias e seus desfechos. De facto, todas as revoluções sociais modernas devem ser encaradas como tendo as suas origens e evoluções intimamente ligadas à internacionalmente desigual expansão do desenvolvimento económico do capitalismo e à formação dos Estados nacionais à escala mundial. Infelizmente, as teorias da revolução não adoptaram explicitamente esta perspectiva. Como é natural, sugerem que as revoluções se rela-

(45) Eric Hobsbawm, «Revolution» (comunicação apresentada no 14.º Congresso Internacional de Ciências Históricas, S. Francisco, Agosto de 1975), p. 10.

(46) Gordon Wood, «The American Revolution», in *Revolutions: A Comparative Study*, org. Lawrence Kaplan (Nova Iorque, Vintage Books, 1973), p. 129.



cionam com a «modernização», o que implicou que se focasse quase exclusivamente as tendências socioeconómicas e os conflitos *in situ* das sociedades nacionais, consideradas individual e isoladamente.

Tal como salientou Reinhard Bendix, todas as concepções de processos de modernização partem necessariamente da experiência da Europa Ocidental, uma vez que foi aí que surgiram as revoluções nacionais e a revolução comercial-industrial (47). Contudo, as abordagens teóricas dominantes até há pouco tempo — evolucionismo estrutural — funcionalismo e marxismo unilinear — procederam a generalizações demasiado específicas a partir da lógica aparente do desenvolvimento inglês no século XVIII e princípios do século XIX. Fundamentalmente, a modernização tem sido concebida como uma dinâmica inerente a uma nação. O desenvolvimento económico — concebido, quer como inovação tecnológica e crescente divisão do trabalho, quer como acumulação de capital e ascensão da burguesia — é perspectivado como dando início a um inter-relacionado sistema de mudanças complementares noutras esferas da vida social. Parte-se normalmente do princípio que qualquer nação isolada, talvez estimulada pelo exemplo ou influência de países de desenvolvimento anterior, sofreria mais tarde ou mais cedo uma mudança mais ou menos simplificada do mesmo género de transformação aparentemente vivida pela Inglaterra. Tal como Marx disse em 1867, «o país industrialmente mais desenvolvido apenas mostra ao menos desenvolvido a imagem do seu próprio futuro» (48). Um século depois, os cientistas sociais americanos deveriam duvidar de que possa haver uma perfeita identidade entre os modelos históricos concretos de desenvolvimento nacional. Porém, praticamente todos eles ainda delineiam os seus conceitos de «modelo ideal», segundo esta mesma lógica (49).

As noções de modernização como uma dinâmica socioeconómica intranacional harmonizam-se admiravelmente com as concepções de que as revoluções consistem em movimentos orientados para um propósito e fundamentados no desenvolvimento da sociedade, promovendo-o ao mesmo tempo. Talvez que a rápida e desarticulada expansão económica estimule e logo frustre as expectativas das massas, suscitando assim um descontentamento generalizado e a violência política que destrói o governo existente. Ou então a diferenciação social sobrepe-se e anula a integração do sistema social, baseado num consenso de valores. Nessa altura, por sua vez, são estimulados movimentos ideológicos que derrubam as autoridades existentes e reorientam os valores da sociedade. É ainda possível que a gestação de um novo modo de produção no seio do antigo crie as condições para o aparecimento de uma nova classe, que estabeleça um novo modo de produção através da revolução. De qualquer modo, ao modificar a disposição, o apego a determinados valores e as potencialidades de mobilização colectiva das pessoas ou de grupos sociais, a modernização gera a revolução. E a revolução só por si cria condições para o (ou pelo menos afasta os obstáculos ao) desenvolvimento socioeconómico.

Mas as concepções da modernização como uma dinâmica socioeconómica intranacional que segue vias paralelas nos diversos países não podem explicar as primeiras transformações ocorridas na Europa — e muito menos as subsequentes transformações verificadas no resto do mundo. Desde sempre que as relações internacionais se cruzaram com as preexistentes estruturas políticas e de classe para fomentar e condicionar mudanças idênticas ou divergentes em vários países. Certamente que foi isto o que aconteceu com o desenvolvimento económico, no que se refere às áreas industrial e comercial. À medida que o capitalismo se expandiu pelo mundo inteiro, os fluxos comerciais e de investimentos transnacionais afectaram todos os países, embora

(47) Reinhard Bendix, «Tradition and Modernity Reconsidered», *Comparative Studies in Society and History*, 9 (1967), pp. 292-313.

(48) Prefácio à 1.ª edição alemã do volume I de *Capital* (Nova Iorque, International Publishers, 1967), pp. 8-9.

de formas desiguais e frequentemente contrastantes. Na Inglaterra, as primeiras surtidas no sentido de promover a agricultura e a indústria capitalistas em parte dependiam das fortes posições que a Inglaterra ocupava nos mercados internacionais a partir do século XVII. As subsequentes industrializações nacionais verificadas no século XIX foram parcialmente — e diversamente — moldadas por fluxos internacionais de mercadorias, de emigrantes e de capitais de investimento, assim como pelas tentativas por parte de cada Estado para influenciar esses fluxos. Além disso, à medida que certas zonas «periféricas» do globo eram incorporadas em redes económicas mundiais centradas nos países industrialmente mais avançados, as suas estruturas económicas e relações de classe preexistentes foram frequentemente reforçadas ou modificadas de modos contrários a um subsequente crescimento diversificado e auto-suficiente. Mesmo que as circunstâncias se alterassem posteriormente de modo a que se iniciasse uma industrialização em algumas dessas áreas, era inevitável que esta adoptasse formas bastante diferentes das que caracterizaram as primeiras industrializações nacionais. Não é forçoso que aceitemos a argumentação, segundo a qual os desenvolvimentos económicos nacionais são determinados na realidade pela estrutura geral e pela dinâmica de mercado de um «sistema capitalista mundial». Contudo, podemos observar que, historicamente, o desenvolvimento das relações económicas transnacionais influenciou sempre fortemente (e por formas diferentes) o desenvolvimento das economias nacionais (50).

Uma outra espécie de estrutura transnacional — um sistema internacional de Estados que competem entre si — condicionou também a dinâmica e o irregular percurso da história do mundo moderno. A Europa constituiu não apenas o palco de grandes realizações da economia capitalista mas também uma estrutura política continental na qual nenhum Estado imperial controlou todo o território da Europa e das suas conquistas ultramarinas (depois de 1450). Os intercâmbios económicos efectuaram-se sistematicamente num território mais vasto do que o controlado por qualquer Estado. Por um lado, isto significa que a crescente prosperidade originada pela expansão geográfica da Europa e pelo desenvolvimento do capitalismo nunca foi canalizada para a manutenção de uma pesada superestrutura imperial extensiva ao continente

(49) Para exemplos, ver: Neil J. Smelser, «Toward a Theory of Modernization», in *Essays in Sociological Explanation* (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1968), pp. 125-146; W. W. Rostow, *The Stages of Economic Growth* (Cambridge, Cambridge University Press, 1960); Marion J. Levy, *Modernization and the Structure of Society* (Princeton, N. J., Princeton University Press, 1965); S. N. Eisenstadt, *Modernization: Protest and Change* (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1966); e Bert F. Hoselitz, «A Sociological Approach to Economic Development», in *Development and Society*, orgs. David E. Novach e Robert Kekachman (Nova Iorque, St. Martin's Press, 1964), pp. 150-162.

(50) As teorias da modernização económica focadas intranacionalmente foram efectivamente criticadas a partir de duas espécies de perspectivas. Uma é caracteristicamente representada por Alexander Gerschenkron, cujos ensaios mais relevantes estão reunidos in *Economic Backwardness in Historical Perspective* (Cambridge, Harvard University Press, 1966) e *Continuity in History and Other Essays* (Cambridge, Harvard University Press, 1968). A outra perspectiva crítica é a dos teóricos do «sistema capitalista mundial», cujas posições estão bem sumariadas em: Immanuel Wallerstein, «The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis», *Comparative Studies in Society and History*, 16: 4 (Setembro de 1974), pp. 387-415; e Daniel Chirot, *Social Change in The Twentieth Century* (Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich, 1977). Os teóricos dos sistemas mundiais foram especialmente eficazes ao assinalarem as insuficiências das abordagens sobre a modernização, mas as suas próprias explicações teóricas do desenvolvimento económico têm sido, por sua vez, alvo de contundentes críticas, especialmente de Robert Brenner, «The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism», *New Left Review*, n.º 104 (Julho-Agosto de 1977), pp. 25-92.



inteiro. Acabou por ser sempre esse o destino das riquezas criadas noutras economias mundiais circunscritas por impérios políticos — como Roma e o Império Chinês. Toda-via, o caso da economia à escala mundial da Europa foi ímpar pelo facto de se ter desenvolvido no seio de um sistema de Estados que competiam entre si (51). Nas palavras de Walter Dorn:

É [esse] carácter muito competitivo do sistema de Estados da Europa moderna que a distingue da vida política de todas as anteriores civilizações não europeias do mundo. A sua essência reside na coexistência de Estados independentes e equiparados, cujo ímpeto expansionista provocou incessantes conflitos militares [...] e sobretudo no impedimento de que qualquer poder singular reduza os outros a um estado de permanente sujeição (52).

Especialmente à medida que em Inglaterra se processava a comercialização e a primeira industrialização nacional, a competição no seio do sistema de Estados europeus estimulava certas modernizações por toda a Europa (53). A sucessão de guerras no sistema dos Estados impeliu os monarcas e estadistas europeus a centralizar, arregimentar e melhorar tecnologicamente exércitos e administrações fiscais. E, a partir da Revolução Francesa, tais conflitos levaram-nos a mobilizar massas de cidadãos mediante apelos patrióticos. Os avanços políticos, por sua vez, reagiram no sentido de alterar os modelos de desenvolvimento económico, primeiramente através de tentativas burocráticas para orientar ou administrar a partir de cima a industrialização e, finalmente, também através da arregimentação das massas por parte dos regimes revolucionários, como no caso da União Soviética.

Além disso, à medida que a Europa operava importantes avanços económicos a partir do século XVI, a dinâmica competitiva do sistema dos Estados europeus estimulou a expansão da «civilização» europeia à escala do mundo. Inicialmente, a competição entre os Estados era uma condição que facilitava e estimulava a expansão colonial ibérica no Novo Mundo. Mais tarde, a Inglaterra, acirrada por uma competição à escala mundial com a França, bateu-se por (e acabou por exercer) um controlo formal ou uma hegemonia *de facto* sobre praticamente todas as novas aquisições coloniais da Europa e os antigos territórios desta no Novo Mundo. Quase no fim do século XIX, a competição entre as potências industriais europeias com um desenvolvimento equivalente contribuiu para a divisão da África e da maior parte da Ásia em territórios coloniais. Até que, na sequência das vastas mudanças económicas e geopolíticas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial, estas colónias se transformaram em nações formalmente independentes no quadro do sistema mundial de Estados. Nessa época mesmo o Japão e a China, países que tradicionalmente haviam permanecido apartados do Ocidente e se tinham furtado à colonização, seriam também completamente integrados no sistema de Estados. Analisando o Japão e a China à luz dos modelos pré-industriais, verificamos que ambos eram Estados agrários avançados e poderosos; tanto um como o outro evitaram uma subjugação definitiva ou permanente em grande parte porque as intromissões do Ocidente desencadeavam convulsões revolucionárias que culmi-

(51) Estes pontos acerca do sistema dos Estados europeus baseiam-se em Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century* (Nova Iorque, Academic Press, 1974), cap. I.

(52) Walter S. Dorn, *Competition for Empire* (Nova Iorque, Harper & Row, 1963), p. 1.

(53) Numa tese de doutoramento não publicada encontra-se uma boa síntese que dá ênfase à importância da competição entre os Estados no desenvolvimento europeu: John Thurber Moffet, «Bureaucratization and Social Control: A Study of the Progressive Regime of the Western Social Order» (tese de doutoramento, Columbia University, Departamento de Sociologia, 1971).

navam mais tarde ou mais cedo em poderes fortemente consolidados de defesa e afirmação nacionais *no seio do sistema internacional de Estados*.

Alguns teóricos do capitalismo mundial, incluindo muito especialmente Immanuel Wallerstein, procuram explicar em termos economicamente reducionistas a dinâmica e a estrutura deste sistema internacional de Estados (originariamente europeu e por fim mundial) (54). Para tanto, estes teóricos consideram normalmente que os Estados-nações individualmente considerados são instrumentos utilizados por grupos economicamente dominantes para conseguirem um desenvolvimento orientado para o mercado mundial no próprio país e obterem vantagens económicas internacionais no estrangeiro. Contudo, adopta-se aqui uma perspectiva diferente, segundo a qual os Estados-nações são, mais precisamente, organizações aproveitadas para exercer o controlo sobre os territórios e populações nacionais e para entrar numa competição militar real ou potencial com outros Estados do sistema internacional. O sistema internacional de Estados enquanto estrutura transnacional de competição militar não foi originalmente criado pelo capitalismo. Através da história do mundo moderno, representa um nível analiticamente autónomo da realidade transnacional — *interdependente* na sua estrutura e dinâmica em relação ao capitalismo mundial, mas não redutível a ele (55). O poderio militarmente relevante e as vantagens (ou desvantagens) internacionais dos Estados não são completamente explicáveis em termos da sua economia nacional ou da sua posição na economia internacional. São igualmente determinantes factores como a eficácia administrativa do Estado, a capacidade política para a mobilização das massas e a posição geográfica no contexto internacional (56). Além disso, a vontade e a capacidade dos Estados para promoverem transformações económicas ao nível nacional (as quais podem ter ramificações no plano internacional) são influenciadas pelas suas posições militares e pela preexistência de capacidades políticas e administrativas militarmente relevantes (57). Precisamente à medida que o desenvolvimento económico do capitalismo instigou transformações nos Estados e no sistema internacional de Estados, estas acabaram por se reflectir na evolução e nas formas da acumulação de capital no seio de cada nação e à escala mundial.

Por conseguinte, desde os seus primórdios na Europa que a modernização só implicou invariavelmente progressos ao nível nacional no contexto do desenvolvimento histórico das estruturas transnacionais, tanto económicas como militares. O soció-

(54) Ver Wallerstein, «Rise and Demise»; e *Modern World-System*, especialmente os capítulos 3 e 7. Para uma caracterização e crítica mais pormenorizadas das posições de Wallerstein sobre o Estado, ver o meu estudo «Wallerstein's World Capitalist System: A Theoretical and Historical Critique», *American Journal of Sociology*, 82: 5 (Março de 1977), pp. 1075-1090.

(55) Ao formular as minhas opiniões acerca do sistema dos Estados e do capitalismo, baseei-me especialmente em: Charles Tilly, org., *The Formation of National States in Western Europe* (Princeton, N. J., Princeton University Press, 1975) e Otto Hintze, «Economics and Politics in the Age of Modern Capitalism», in *The Historical Essays of Otto Hintze*, org. Felix Gilbert (Nova Iorque, Oxford University Press, 1975). Como Hintze refere: «[...] nem o capitalismo foi a causa do Estado moderno, nem o Estado moderno foi a causa do capitalismo (p. 427)». Antes: «Os problemas do Estado e do capitalismo estão inextricavelmente inter-relacionados, [...] são apenas dois lados, ou aspectos, do mesmo desenvolvimento histórico (p. 452)».

(56) Sobre este ponto, ver, por exemplo: Tilly, *Formation of National States*; Otto Hintze, «Military Organization and the Organization of the State», in *Historical Essays*, org. Gilbert, pp. 178-215; e Randall Collins, «Some Principles of Long-Term Social Change: The Territorial Power of States» (comunicação apresentada no Encontro Anual da American Sociological Association, Chicago, Illinois, Setembro de 1977).

(57) A Rússia czarista e a Rússia Soviética, a Prússia dos Hohenzollern e a Alemanha Imperial e o Japão Meiji constituem exemplos flagrantes da verdade desta asserção.



logo apenas pode explicar as transformações ao nível nacional, incluindo as revoluções, mediante uma espécie de escamoteação conceptual. Enquanto os Estados-nações e a competição entre si continuarem a ser realidades importantes, é preferível (pelo menos para analisar os fenómenos que dizem fundamentalmente respeito aos Estados) empregar o binómio Estado/sociedade como a unidade básica de análise. No entanto, a par das variáveis referentes aos modelos e processos intrínsecos a estas unidades, devem ainda tomar-se em consideração os factores transnacionais como variáveis contextuais fundamentais<sup>(58)</sup>. São relevantes duas espécies diferentes de contextos transnacionais. Por um lado, temos as *estruturas* da economia capitalista mundial e o sistema internacional de Estados, no quadro do qual as nações individualmente consideradas ocupam diferentes posições. E, por outro lado, temos as mudanças e transmissões em «tempo mundial», que afectam tanto os contextos mundiais nos quais as revoluções ocorrem como os modelos específicos e as opções para acções que podem ser colhidas no estrangeiro e adoptadas pelos líderes revolucionários.

O envolvimento nas estruturas transnacionais de países sujeitos (real ou potencialmente) a revoluções sociais é importante sob vários aspectos. Historicamente, as relações transnacionais competitivas ou desiguais contribuíram para moldar as estruturas de classe e de Estado de qualquer país, influenciando assim o contexto «nacional» a partir do qual a revolução surge (ou não surge). Além disso, as relações transnacionais influenciam o curso dos acontecimentos enquanto se mantêm as conjunturas revolucionárias. As revoluções sociais modernas ocorreram exclusivamente em países situados em posições desfavoráveis numa dada área internacional. Em particular, as realidades do atraso militar ou da dependência política condicionaram decisivamente o surgimento e o curso das revoluções sociais. Embora os desenvolvimentos económicos irregulares constituam sempre o pano de fundo, os acontecimentos no âmbito do sistema internacional de Estados enquanto tal — particularmente derrotas em guerras ou ameaças de invasão e as lutas pelos domínios coloniais — contribuíram directamente para praticamente todas as irrupções de crises revolucionárias. Com efeito, tais acontecimentos concorreram para minar o poder das autoridades políticas e do Estado, abrindo assim caminho aos conflitos básicos e às transformações estruturais. Além disso, os equilíbrios e conflitos militares internacionais criaram o «espaço» necessário para a consumação e consolidação política das revoluções sociais. Isto é tanto mais certo quanto tais equilíbrios e conflitos dividiram os esforços ou desviaram as atenções de inimigos estrangeiros interessados em impedir os êxitos das revoluções ou em tirar partido de nações, vivendo um processo revolucionário durante períodos de crise interna. Em última análise, também as consequências das revoluções sociais foram sempre poderosamente condicionadas não apenas pela política internacional mas também pelas imposições e oportunidades da economia mundial enfrentadas pelos novos regimes que emergem da crise revolucionária.

No que se refere à dimensão do «tempo mundial», alguns aspectos da «modernização» constituíram processos singulares que afectaram o mundo na sua totalidade<sup>(59)</sup>. Mediante o binómio Estado/sociedades como unidades de análise podem ser formuladas algumas generalizações acerca de situações nacionais repetidas e idênticas. Porém, mesmo quando tal aconteça, dever-se-á prestar atenção aos efeitos dos arranjos históricos e das mudanças históricas à escala mundial. Rapidamente se nos afiguram possibilidades relevantes que nos permitem comparar e explicar as revoluções sociais.

<sup>(58)</sup> Esta perspectiva analítica baseia-se em Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein, «The Comparative Study of National Societies», *Social Science Information*, 6: 5 (Outubro de 1967), pp. 25-58.

<sup>(59)</sup> Sobre o conceito de «tempo mundial», ver: Wolfram Eberhard, «Problems of Historical Sociology», in *State and Society: A Reader*, orgs. Reinhard Bendix, et al. (Berkeley, University of California Press, 1973), pp. 25-28.

Uma possibilidade é a de que os intervenientes em revoluções mais modernas podem ser influenciados pelos acontecimentos registados em revoluções passadas; por exemplo, os comunistas chineses tornaram-se émulos conscientes dos bolcheviques e durante algum tempo receberam ajuda e orientação directa do regime revolucionário russo. Uma outra possibilidade é a de que cruciais inovações cuja importância histórica se mede à escala mundial — tais como a Revolução Industrial ou a inovação da forma leninista de organização do partido — podem sobrevir entre a ocorrência de duas revoluções com grandes semelhanças. Em consequência, criam-se para o desenvolvimento da revolução mais moderna novas oportunidades ou necessidades que se não abriam (ou não se impunham) à revolução mais antiga, uma vez que ocorreu numa fase mais recuada da história do mundo moderno.

É importante referir um último aspecto relativamente a ambos os tipos de influências transnacionais. Ao analisar no plano nacional os efeitos das relações transnacionais, não se deveria adoptar simplistamente a ideia — tal como os actuais teóricos da revolução parecem quase invariavelmente fazer — de que qualquer destes efeitos influenciaria fundamentalmente a situação, as necessidades e as ideias do «povo». Tal pode certamente acontecer (como, por exemplo, com mudanças nos padrões do comércio internacional que subitamente lançam no desemprego os operários de uma indústria inteira). Actualmente, porém, são os governantes, necessariamente orientados para agir no âmbito das arenas internacionais, quem tem tantas ou mais probabilidades de transmitir à política interna as influências transnacionais. Assim, a intersecção do antigo regime (governamental) e, mais tarde, do regime revolucionário nascente com as arenas internacionais — e especialmente com o sistema internacional de Estados — deveria ser um aspecto mais merecedor de análise aprofundada para se compreender o modo como a dinâmica modernizadora de uma época suscita em parte e condiciona as transformações revolucionárias.

Nenhuma perspectiva teórica válida acerca das revoluções pode permitir-se negligenciar os contextos internacional e histórico à escala mundial no seio dos quais ocorrem as revoluções. Se, na sua grande maioria, as teorias das revoluções procuraram até agora negligenciar esses contextos, tal deve-se ao facto de terem operado com inadequadas noções enfocadas intranacionalmente acerca da natureza da «modernização» e das suas inter-relações com as revoluções. Como observação crítica, esta secção pretendeu realçar de uma forma concisa os aspectos transnacionais da modernização e sugeriu caminhos nos quais estes aspectos são importantes para a análise das revoluções — dando um relevo especial à importância do sistema internacional de Estados. Com efeito, este relevo que lhe é dado prefigura a argumentação que será apresentada na secção seguinte sobre o papel central das organizações estatais potencialmente autónomas nas transformações revolucionárias da sociedade.

### A autonomia potencial do Estado

Praticamente todos os que escrevem sobre revoluções sociais reconhecem que elas irrompem com crises manifestamente políticas — tais como o imbróglcio financeiro da monarquia francesa e a convocação dos Estados Gerais em 1787-1789. É igualmente evidente para todos que as revoluções se processam através de lutas nas quais estão predominantemente envolvidos partidos e grupos políticos organizados. E também se reconhece que elas culminam na consolidação de novas organizações de Estado, cujo poder pode ser usado não só para reforçar as transformações socioeconómicas já ocorridas mas também para promover mudanças posteriores. Ninguém desmente a veracidade destes aspectos políticos das revoluções sociais. Contudo, a maioria dos teóricos da revolução tende a encarar as crises políticas que desencadeiam revoluções como disparadores fortuitos ou como pouco mais do que indicadores superficiais de contradições mais importantes ou de tensões localizadas na estrutura social do antigo regime. Do mesmo modo, os grupos políticos envolvidos nas lutas sociais-revoluciona-



rias são vistos como representativos de forças sociais. E a estrutura e as actividades das novas organizações de Estado que surgem a partir das revoluções sociais são encarradas como expressões dos interesses de qualquer força socioeconómica ou sociocultural considerada vitoriosa nos conflitos revolucionários.

Um pressuposto que permanece sempre, mesmo que apenas implicitamente, por detrás de tal raciocínio é o de que as lutas e as estruturas políticas podem de alguma forma ser reduzidas (pelo menos «em última instância») às forças e conflitos socioeconómicos. O Estado é perspectivado como sendo apenas uma *arena* onde se disputam os conflitos motivados pelo choque de interesses económicos e sociais básicos. O que torna o «Estado como arena política» especial é simplesmente o facto de os intervenientes que operam no seu seio recorrerem a meios distintos para se envolverem nos conflitos sociais e económicos, tais como a coerção ou *slogans* que invocam o bem público. Esta perspectiva de encarar o Estado é, de facto, comum, quer às variantes liberais, quer às variantes marxistas da teoria social. A diferença fundamental de opinião entre estas duas amplas tradições da teoria social reside nos instrumentos que são especificamente incorporados na arena política: autoridade legítima assente fundamentalmente no consenso ou dominação fundamentalmente coerciva. E esta diferença acompanha as diferentes perspectivas acerca dos fundamentos da organização da sociedade sustentadas por cada tradição teórica.

Uma perspectiva ideal típica é a de que o Estado é a arena da autoridade legítima incorporada nas regras do jogo político e na política e liderança governamentais. Estas apoiam-se numa certa combinação de consenso normativo e de preferência majoritária dos membros da sociedade. Certamente que esta perspectiva se harmoniza bem com as visões pluralistas e liberais da sociedade, segundo as quais esta se compõe de grupos e indivíduos que competem livremente e se comprometem a aceitar os valores sociais comuns. Na literatura especializada sobre revoluções encontram-se versões destas ideias acerca do Estado e da sociedade especialmente na argumentação de Ted Gurr, o teórico da privação relativa, e em Chalmers Johnson, o teórico da homogeneidade dos sistemas. Para eles, o que é importante na explicação da irrupção de uma revolução é saber se as autoridades governamentais vigentes perdem a sua legitimidade. Isto acontece quando as massas socialmente descontentes ou desorientadas sentem que é aceitável enveredar pela via da violência, ou então se convertem aos novos valores brandidos pelos ideólogos revolucionários. Tanto Gurr como Johnson consideram que o poder e a estabilidade governamentais dependem directamente das tendências sociais e do suporte popular. Nem Gurr nem Johnson são de opinião que as organizações coercivas do Estado possam efectivamente reprimir (por muito tempo) a maioria descontente ou reprovadora dos membros de uma sociedade. Nas suas teorias, o Estado representa um aspecto, quer do consenso utilitário (Gurr), quer do consenso dos valores (Johnson) da sociedade. O Estado pode brandir a força em nome do consenso e da legitimidade populares, mas não está fundamentalmente edificado na coerção organizada.

Pelo contrário, os teóricos marxistas — e de um modo considerável também Charles Tilly teórico do conflito político — perspectivam o Estado como sendo coerção basicamente organizada. Uma parte importante do modelo político de Tilly, convém lembrar, é um governo definido como «uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados no seio da população» (61). Do mesmo modo, Lenine, o precursor dos teóricos marxistas do aspecto político das revoluções, declara: «Um exército e uma polícia permanentes são os principais instrumentos do poder do

Estado. E como poderá ser de outro modo (62)?» Nem Lenine nem (em grande medida) Tilly (63) perspectivam a coerção estatal como algo que depende para a sua eficácia do consenso de valores ou do contentamento popular. E ambos estão perfeitamente conscientes de que os Estados podem reprimir as forças populares e os movimentos revolucionários. Portanto, não é de surpreender que quer Tilly quer Lenine, ao explicarem os sucessos revolucionários, coloquem a tónica na destruição do monopólio da coerção detido pelo Antigo Regime e na organização de forças armadas por parte dos revolucionários.

Contudo, é indubitável que não só os teóricos marxistas e os do conflito político como Tilly, mas também Gurr e Johnson encaram o Estado fundamentalmente como uma arena onde os conflitos sociais são resolvidos, embora na verdade para estes teóricos a resolução se consiga através da dominação e não do consenso voluntário. Daí que, de uma forma ou de outra, tanto os marxistas como Tilly encarem o Estado como um sistema de coerção organizada que funciona invariavelmente para sustentar a posição de supremacia das classes ou grupos dominantes sobre as classes ou grupos subordinados.

Segundo a teoria da acção colectiva de Tilly, o Estado e a sociedade parecem ter-se literalmente desmoronado. Tilly classifica e analisa em termos políticos as relações entre os grupos; não fala de classes ou grupos sociais, mas de grupos e alianças de «mem-bros» que detêm o Poder na organização política e daqueles grupos de «receptadores» que se encontram excluídos desse Poder. A sua própria definição de grupos de membros — «qualquer adversário que dispõe de um fácil e económico acesso aos meios controlados pelo governo» (64) — sugere fortemente uma sobreposição praticamente perfeita entre o poder do grupo dominante e o poder do Estado. O Estado transfere-se num instrumento (fundamentalmente coercivo) brandido pelos grupos de «membros» da esfera política, ou seja, aqueles que têm poder no seio da população em questão.

Os teóricos marxistas clássicos não desmoronam analiticamente o Estado e a sociedade. Do ponto de vista marxista, a ordem social fundamenta-se no conflito e na dominação de classes. O poder do Estado é um tipo especializado de poder na sociedade que não equivale ao poder de todas as classes dominantes nem o abarca. Não obstante, os teóricos marxistas explicam ainda a função básica do Estado em termos sociais: sejam quais forem as variantes nas suas formas históricas, o Estado enquanto tal é visto como uma característica de todos os modos de produção baseados na divisão de classes; e, invariavelmente, a única função necessária e inevitável do Estado — por definição — é a de conter as lutas de classes e aplicar outras medidas de apoio à dominação por parte da(s) classe(s) detentoras da propriedade e que se apropria(m) da mais-valia (65).

(62) V. I. Lenine, *The State and Revolution* in *The Lenin Anthology*, org. Robert C. Tucker (Nova Iorque, Norton, 1975), p. 316.

(63) Tilly, de facto, hesita na questão de o Estado depender ou não fundamentalmente do apoio popular. A sua definição do Estado e os argumentos acerca dos exércitos na revolução sugerem que não; no entanto, a sua concepção das situações revolucionárias como emergindo quando a população apoia os contendores revolucionários contra a proibição por parte das autoridades do Estado sugere que sim.

(64) Tilly, *Mobilization to Revolution*, p. 52.

(65) Para os princípios básicos da teoria marxista do Estado, ver: Friedrich Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State*, reimpresso in Marx e Engels, *Selected Works*; Lenine, *The State and Revolution*, reimpresso in Tucker, org. *Lenin Anthology*; Ralph Miliband, «Marx and the State», in *Karl Marx*, org. Tom Bottomore (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1973), pp. 128-150; e Robert C. Tucker, «The Political Theory of Classical Marxism», in *The Marxist Revolutionary Idea* (Nova Iorque, Norton, 1970), cap. 3.

(60) Quanto a Johnson, ver *Revolutionary Change*, p. 32. Para o caso de Gurr, ver a nota 39 anterior e também *Why Men Rebel*, cap. 8.

(61) Tilly, *From Mobilization to Revolution*, p. 52.



Assim, nem no marxismo clássico nem na teoria da acção colectiva de Tilly o Estado é encarado como uma estrutura autónoma — uma estrutura com uma lógica e interesses próprios não necessariamente equivalentes aos, ou identificados com os, interesses da classe dominante na sociedade ou do conjunto dos grupos de membros da esfera política. À luz destas teorias, é por conseguinte praticamente impossível levantar sequer a possibilidade de que os conflitos básicos de interesses possam surgir entre o conjunto de grupos ou classe dominante existentes, por um lado, e os governantes, por outro lado. A sociedade caracteriza-se pela dominação entre grupos e pelas lutas pelo Poder. Por sua vez, o Estado, baseado na concentração dos meios de coerção, apresenta-se como uma forma de dominação instrumental ou objectiva e como um objecto de lutas e não como uma «organização para si própria».

E que dizer acerca das mais recentes concepções do marxismo? Recentemente houve sem dúvida um interesse renovado entre os intelectuais de orientação marxista pelo problema do Estado (66). Numa reacção crítica àquilo que se tornara uma trivialidade generalizada — a noção de que os Estados não passavam de instrumentos consciente e directamente manipulados pelos dirigentes e pelos grupos de interesses representantes da classe dominante — analistas contemporâneos como Ralph Miliband (67), Nicos Poulantzas (68), Perry Anderson (69), Göran Therborn (70), e Claus Offe (71) puseram em relevo o problema da «relativa autonomia do Estado» em face do controlo directo pela classe dominante. O interesse por esta possibilidade tem sido especialmente focado nas sociedades capitalistas e também na fase absolutista do feudalismo europeu. As abordagens teóricas têm prestado uma atenção especial à explicação das amplas coacções estruturais que um modo de produção coloca à gama de possibilidades que se abrem às estruturas e acções do Estado. E, numa veia mais inovadora, argumenta-se que os governantes podem ter de ser libertos de controlo por pessoal e grupos específicos da classe dominante para que possam pôr em prática medidas que sirvam o interesse fundamental de uma classe dominante no seu conjunto. E esse interesse é, certamente, a necessidade de preservar a estrutura de classes e o modo de produção como um todo.

(66) Para uma panorâmica de grande parte desta literatura, ver David A. Gold, Clarence Y. H. Lo, e Erik Olin Wright, «Recent Developments in Marxist Theories of the Capitalist State», *Monthly Review*, 27: 5 (Outubro de 1975), pp. 29-43 e 27: 6 (Novembro 1975), pp. 36-51.

(67) Ver especialmente: Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society* (Nova Iorque, Basic Books, 1969) e «Poulantzas and the Capitalist State», *New Left Review*, n.º 82 (Novembro-Dezembro de 1973), pp. 83-92.

(68) Ver especialmente: Nicos Poulantzas, *Political Power and Social Classes*, trad. Timothy O'Hagan (Londres, New Left Books, 1973); «The Problem of the Capitalist State», in *Ideology in Social Science*, org. Robin Blackburn (Nova Iorque, Vintage Books, 1973), pp. 238-253; «The Capitalist State: A Reply to Miliband and Laclau», *New Left Review*, n.º 95 (Janeiro-Fevereiro de 1976), pp. 65-83; *Classes in Contemporary Capitalism*, trad. David Fernbach (Londres, New Left Books, 1975); e *The Crisis of the Dictatorships*, trad. David Fernbach (Londres, New Left Books, 1976).

(69) Ver Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State* (Londres, New Left Books, 1971).

(70) Ver Göran Therborn, «What Does the Ruling Class Do When It Rules?», *The Insurgent Sociologist*, 6 (3) (Primavera de 1976), pp. 3-16; e *What Does the Ruling Class Do When It Rules?* (Londres, New Left Books, 1978).

(71) Ver especialmente: Claus Offe, «Structural Problems of the Capitalist State», *German Political Studies*, 1 (1974), pp. 31-56; «The Theory of the Capitalist State and the Problem of Policy Formation», in *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*, orgs. Leon N. Lindberg et al. (Lexington, Mass., Heath, 1975), pp. 125-144; e Claus Offe e Volker Ronge, «Theses on the Theory of the State», *New German Critique* n.º 6 (1975), pp. 137-147.

Repetidamente, à medida que este recente debate se desenrolava, alguns dos participantes — especialmente os que estavam mais interessados em compreender como podiam os Estados agir contra a resistência das classes dominantes no sentido de preservar um modo de produção existente — pareceram prestes a afirmar que os Estados são potencialmente autónomos não apenas em face da oposição às classes dominantes mas também em relação ao conjunto das estruturas de classes ou modos de produção (72). Contudo, esta possível linha de argumentação foi na sua maior parte cuidadosamente evitada (73). Em vez disso, alguns analistas, como Claus Offe, colocaram simplesmente a hipótese de que, embora as estruturas e as acções do Estado sejam causalmente importantes por direito próprio, elas funcionam objectivamente devido aos «mecanismos de selecção» intrínsecos, a fim de preservar o modo de produção existente (74). Outros, especialmente os denominados marxistas estruturalistas, substituíram o desacreditado instrumentalismo das classes dominantes pelo que podia ser rotulado de reducionismo da luta de classes (75). De acordo com esta perspectiva, as estruturas e as funções do Estado não são simplesmente controladas apenas pelas classes dominantes. Antes são condicionadas e atribuídas pelo conflito entre as classes dominantes e as classes subordinadas — um conflito que se processa dentro dos limites objectivos de uma determinada economia e de uma dada estrutura de classes no seu conjunto. Por último, uma recentíssima contribuição para o debate foi dada por Göran Therborn num novo livro que enfoca directamente as estruturas do Estado enquanto tais. Seguindo uma linha ainda relacionada (posto que algo diferente) com a dos teóricos da luta de classes, Therborn constrói e põe em contraste modelos tipológicos das diferentes formas e funções das organizações e actividades do Estado, respectivamente nos modos de produção feudal, capitalista e socialista. Relativamente a cada modo de produção, procura derivar directamente a estrutura do Estado das correspondentes relações básicas de classes. Com efeito, em concordância com o teórico «estruturalista» Nicos Poulantzas, Therborn sustenta que «o Estado não deveria ser encarado como uma instituição específica nem como um instrumento, mas como uma relação — uma concentração materializada das relações de classes numa dada sociedade» (76).

Assim, o recente debate marxista sobre o Estado detém-se bruscamente no problema da autonomia do Estado, uma vez que a maioria dos participantes no debate tendem a encarar o Estado de uma forma completamente funcionalista ou como um aspecto das relações ou das lutas de classes. Inquestionavelmente que constitui um avanço estabelecer (ou voltar a fazê-lo, uma vez que esta era certamente a posição clássica marxista) que os Estados não são meras criações manipuladas pelas classes dominantes. Não obstante, continua a ser essencial para os marxistas pôr mais directamente

(72) Ver especialmente: Poulantzas, «Problem of Capitalist State», in *Ideology in Social Science*, org. Blackburn; e Offe e Ronge, «Theses on the Theory of the State».

(73) Dois neomarxistas que efectivamente abordam os Estados como potencialmente autónomos são: Ellen Kay Trimberger in «State Power and Modes of Production: Implications of the Japanese Transition to Capitalism», *The Insurgent Sociologist* 7 (Primavera de 1977), pp. 85-98, e in *Revolution from Above: Military Bureaucrats and Modernization in Japan, Turkey, Egypt, and Peru* (New Brunswick, N. J., Transaction Books, 1978); e Fred Block, in «The Ruling Class Does Not Rule: Notes on the Marxist Theory of the State», *Socialist Revolution*, n.º 33 (Maio-Junho de 1977), pp. 6-28. Foi consideravelmente influenciada por estes trabalhos e por conversas pessoais com Trimberger e Block.

(74) Offe, «Structural Problems of Capitalist State».

(75) «Reduccionismo da luta de classes» parece-me ser uma boa maneira de descrever a posição de Poulantzas in «Capitalist State: Reply to Miliband and Laclau» e in *Crisis of Dictatorships*. Esta perspectiva é também desenvolvida por alguns estruturalistas americanos in Gosta Esping-Andersen, Roger Friedland, e Erik Olin Wright, «Modes of Class Struggle and the Capitalist State», *Kapitalistate*, n.º 4-5 (Verão de 1976), pp. 186-220.

(76) Therborn, *Ruling Class*, p. 34.



as questões de saber em que consistem os Estados por direito próprio e como é que as suas estruturas variam e as suas actividades se desenvolvem no quadro das estruturas socioeconómicas. Até este momento, praticamente todos os marxistas continuam apenas a partir do pressuposto que as formas e as actividades do Estado variam em concordância com os modos de produção, e que os governantes não têm possibilidades de contrariar os interesses básicos de uma classe dominante. As explicações permanecem circunscritas às questões de *como* os Estados variam e agem em função de modos de produção e de classes dominantes. Resulta daqui que ainda dificilmente se questiona esta versão marxista da persistente tendência sociológica para fundir o Estado na sociedade.

Devemos, contudo, questionar esta persistente tendência sociológica se queremos estar bem preparados para analisar as revoluções sociais. Num primeiro relance, uma perspectiva determinista socioestrutural (especialmente uma que englobe um tipo de análise de classes) parece ser uma abordagem obviamente fecunda. Tal parece ser o caso uma vez que as revoluções sociais *englobam*, afinal de contas primordialmente lutas de classes e têm como resultado transformações socioestruturais básicas. Não obstante, as realidades históricas das revoluções sociais apontam insistentemente para a necessidade de uma abordagem mais centrada no Estado. Tal como os capítulos centrais deste livro mostrarão pormenorizadamente, as crises políticas que impulsionaram as revoluções sociais não foram de forma alguma reflexos epifenomenais de tensões sociais ou de contradições entre classes. Antes foram expressões directas das contradições centradas nas estruturas dos Estados do Antigo Regime. Os grupos políticos que tomaram parte nas lutas sociais-revolucionárias não representaram meros interesses e forças sociais. Constituíram-se antes como grupos de interesses no interior desse conflito e combateram as formas das estruturas do Estado. Os partidos de vanguarda que emergiram durante as fases radicais das revoluções sociais foram singularmente responsáveis pela formação de exércitos e administrações centralizados sem os quais as transformações revolucionárias não teriam podido ser consolidadas. Além disso, as revoluções sociais modificaram as estruturas do Estado tanto ou mais do que modificaram as relações de classes e os valores e as instituições sociais. E as consequências das revoluções sociais sobre o subsequente desenvolvimento económico e sociopolítico das nações que elas transformaram foram devidas não apenas às mudanças das estruturas de classes, mas também às alterações nas estruturas e funções do Estado levadas a cabo pelas revoluções. Em suma, as convulsões sofridas pelas classes e as transformações socioeconómicas que caracterizaram as revoluções sociais estiveram estreitamente interligadas com o desmoronamento das organizações do Estado dos antigos regimes e com a consolidação e funcionamento das organizações do Estado dos novos regimes.

Só podemos entender as transformações sociais-revolucionárias se considerarmos seriamente o Estado como uma macroestrutura. O Estado não é uma mera arena onde se disputam as lutas socioeconómicas, mas sim um conjunto de organizações administrativas, policiais e militares, encabeçadas. E mais ou menos bem coordenadas por uma autoridade executiva. Qualquer Estado antes de mais e fundamentalmente retira recursos pecuniários da sociedade e aplica-os na criação e manutenção de organizações coercivas e administrativas (77). Naturalmente que estas organizações estatais básicas são

(77) As minhas posições sobre o Estado foram directamente influenciadas por escritos clássicos e contemporâneos como: Max Weber, *Economy and Society*, 3 vols., org. Guenther Roth e Claus Wittich (Nova Iorque, Bedminster Press, 1968), vol. 2, cap. 9 e vol. 3, caps. 10-13; Otto Hintze, ensaios in *Historical Essays*, org. Felix Gilbert, caps. 4-6, 11; Tilly, org. *Formation of National States*; Randall Collins, *Conflict Sociology* (Nova Iorque, Academic Press, 1975), cap. 7; e Collins, «A Comparative Approach to Political Sociology», pp. 42-69 in Bendix *et. al.*, orgs. *State and Society*; e Franz Schurmann, *The Logic of World Power* (Nova Iorque, Pantheon Books, 1974). Ver também as referências na nota 73.

instituídas e devem operar no contexto de relações socioeconómicas baseadas na divisão de classes, tal como no contexto da dinâmica económica nacional e internacional. Além disso, as organizações coercivas e administrativas constituem apenas partes de sistemas políticos globais. Estes sistemas podem ainda incluir instituições através das quais os interesses sociais são representados no âmbito da acção política do Estado, bem como instituições através das quais indivíduos que não pertencem ao aparelho de Estado são mobilizados para participar na acção política do Estado. Não obstante, as organizações administrativas e coercivas são os fundamentos do poder do Estado enquanto tal.

Onde elas existam, estas organizações fundamentais do Estado são pelo menos potencialmente autónomas em relação a um controlo directo por parte das classes dominantes. O grau de autonomia que *realmente* têm, e com que repercussões, varia de caso para caso. Vale a pena salientar que a presente amplitude de autonomia do Estado e as suas consequências apenas podem ser analisadas e explicadas em termos específicos a certos tipos de sistemas sociopolíticos e a determinados conjuntos de circunstâncias internacionais históricas. Esta a razão pela qual a introdução ao capítulo 2 incluirá uma análise das formas institucionais do poder estatal em Estados agrários como a França, a Rússia e a China pré-revolucionárias. Também serão indicadas as prováveis linhas de conflito entre as classes dominantes detentoras da terra e os governantes em tais Estados agrários. Não há necessidade de prolongar agora esta análise. Nesta fase da argumentação basta referir que os Estados são potencialmente autónomos a explorar quais os diferentes interesses que *podem* constituir os seus objectivos.

Necessariamente que as organizações estatais entram até certo ponto em competição com a(s) classe(s) dominante(s) na apropriação dos recursos da economia e da sociedade. E, o destino dado a esses recursos, uma vez apropriados, pode muito bem estar em desacordo com os interesses da classe dominante. Os recursos podem ser usados para fortalecer a envergadura e a autonomia do próprio Estado — algo necessariamente ameaçador para a classe dominante, a não ser que esse maior poder do Estado seja indispensavelmente necessário e nesse sentido usado realmente como suporte dos interesses da classe dominante. Todavia não é inevitável o uso do poder do Estado para beneficiar os interesses da classe dominante. Na verdade, as tentativas dos governantes no sentido de apenas cumprirem as funções do «próprio» Estado podem suscitar conflitos de interesses com a classe dominante. Normalmente, o Estado executa dois tipos fundamentais de tarefas: mantém a ordem e concorre com outros Estados reais ou potenciais. Tal como os marxistas salientaram, os Estados têm frequentemente a função de preservar as estruturas económicas e de classe existentes, pois é esse normalmente o meio mais brando de manter a ordem. Contudo, o Estado tem os seus próprios interesses específicos em face das classes subordinadas. Embora quer o Estado quer a(s) classe(s) dominante(s) partilhem um vivo interesse em conservar as classes subordinadas no lugar que ocupam na sociedade e como força de trabalho no seio da economia existente, o interesse fundamental do Estado em manter uma ordem meramente física e uma paz política pode levá-lo — especialmente em períodos de crise — a fazer concessões às reivindicações das classes subordinadas. Tais concessões podem fazer-se à custa dos interesses da classe dominante, sem que colidam com os próprios interesses do Estado em controlar a população, receber os impostos e manter o recrutamento militar.

Além disso, não nos devemos esquecer de que os Estados também existem sempre em contextos geopolíticos determinantes, em interacção com outros Estados reais ou potenciais. Uma dada economia e uma dada estrutura de classes condicionam e influenciam uma determinada estrutura de Estado e as actividades dos governantes. Do mesmo modo, também a situação geopolítica cria funções e proporciona oportunidades aos Estados e coloca limites às suas capacidades para enfrentar com êxito tarefas ou crises quer internas quer externas. Como escreveu o historiador alemão Otto Hintze, há sobretudo dois fenómenos que condicionam «a organização real do Estado. São eles, em primeiro lugar, a estrutura das classes sociais e, em segundo lugar, a hierarquia



externa dos Estados — a sua posição relativa e a sua posição no contexto mundial» (78). Na verdade, o envolvimento de um Estado numa rede internacional de Estados constitui a base para uma potencial autonomia de acção alheia e contrária a grupos e acordos económicos abrangidos pela sua jurisdição — incluindo até a classe dominante e as relações de produção existentes. Com efeito, as pressões e as conjunturas militares internacionais podem impelir os governantes a tentar políticas que colidam com, e em certos casos extremos contrariem, os interesses fundamentais de uma classe dominante. Os governantes podem, por exemplo, emprender aventuras militares no estrangeiro nas quais dissipam meios financeiros aplicáveis ao desenvolvimento económico nacional ou que de imediato ou em última instância enfraquecem a posição de interesses socioeconómicos dominantes. E, para dar um exemplo diferente, os governantes podem responder à concorrência militar estrangeira ou às ameaças de conquista, procurando impor reformas socioeconómicas fundamentais ou tentando reorientar o curso do desenvolvimento económico nacional graças à intervenção estatal. Tais programas podem ou não ser implementados com sucesso. Contudo, mesmo que não sejam levados a efeito, a simples tentativa pode originar um choque de interesses contraditórios entre o Estado e a classe dominante existente.

A perspectiva sobre o Estado aqui avançada podia apropriadamente ser rotulada de «organizacional» e «realista». Em contraste com a maioria das teorias marxistas, (especialmente as recentes) esta perspectiva recusa-se a considerar os Estados como se fossem meros aspectos analíticos de modos de produção concebidos abstractamente, ou mesmo como aspectos políticos de lutas e relações concretas de classes. Antes insiste em que os Estados são organizações objectivas que controlam (ou procuram controlar) territórios e populações. Assim, o analista das revoluções deve explorar não apenas as relações de classes mas também as relações recíprocas entre os Estados e as relações dos Estados com as classes dominantes e com as classes subordinadas. No tocante aos casos históricos das revoluções sociais estudadas nos capítulos nucleares deste livro, a análise das contradições dos antigos regimes e da emergência das crises revolucionárias centrar-se-á especialmente nas relações dos Estados com os contendores militares no estrangeiro e com as classes dominantes e as estruturas socioeconómicas nacionais. E a análise do aparecimento e da estrutura dos novos regimes incidirá especialmente nas relações dos movimentos revolucionários edificadores do Estado com as circunstâncias internacionais e com aquelas classes subordinadas, incluindo invariavelmente o campesinato, que desempenharam um papel crucialmente insurreccional nos conflitos revolucionários. As organizações estatais quer dos antigos regimes quer dos novos regimes ocuparão um papel mais central e autónomo na análise do que ocupariam numa explicação puramente marxista.

No entanto, uma perspectiva realista e organizacional do Estado não apenas implica diferenças em relação às abordagens marxistas, como também contrasta com interpretações não marxistas que consideram a *legitimidade* das autoridades políticas como um importante conceito explanatório. Se as organizações estatais executarem com eficácia e regularidade as tarefas a que se arrogam é provável que a forma e os dirigentes do Estado beneficiem da legitimidade — quer no sentido de aprovação moral quer no sentido provavelmente muito mais usual de mera aceitação do *status quo* — que lhes é reconhecida pela maior parte dos grupos sociais. De qualquer modo, o que mais importa é sempre o apoio ou a aquiescência, não da maioria da sociedade, mas dos grupos mobilizados e politicamente poderosos, que incluem invariavelmente os próprios quadros do regime. A perda de legitimidade, especialmente entre estes grupos cruciais, tende a suceder uma vingança se e quando (por razões sempre possíveis de interpretações históricas e sociológicas) o Estado deixar de desempenhar consistentemente as suas funções ou se mostrar incapaz de acometer com êxito novas tarefas que lhe sejam

subitamente impostas por circunstâncias de crise. Mesmo depois de terem ocorrido consideráveis perdas de legitimidade, um Estado pode permanecer bastante estável — e com certeza invulnerável a revoltas internas apoiadas nas massas — especialmente se as suas organizações coercivas se mantiverem coesas e eficazes (79). Consequentemente, a estrutura daquelas organizações, o seu lugar no conjunto do aparelho de Estado e as suas articulações com as forças de classe e com grupos sociais politicamente mobilizados constituem instrumentos importantes para o estudioso dos Estados em situações revolucionárias, reais ou potenciais. Uma tal incidência analítica parece indiscutivelmente mais vantajosa do que qualquer análise que incida fundamental ou exclusivamente na legitimização política. O declínio da legitimidade de um regime deve aparecer aos olhos dos seus próprios quadros e de outros grupos politicamente poderosos como uma variável mediadora numa análise da falência do regime. Mas as causas fundamentais deverão ser encontradas na estrutura e nas capacidades das organizações do Estado, uma vez que estas são condicionadas pela evolução da economia e da estrutura de classes e também pelo evoluir da situação internacional.

Em resumo, o Estado assemelha-se fundamentalmente a Jano: um ancoradouro intrinsecamente duplo assente em estruturas socioeconómicas divididas por classes e num sistema internacional de Estados. Se o nosso intento é compreender o colapso e a formação de organizações do Estado nas revoluções, devemos observar não apenas as actividades dos grupos sociais, mas também os pontos de intersecção entre as condições e as pressões internacionais, por um lado, e as economias estruturadas em classes e os interesses politicamente organizados, por outro lado. Os poderes executivos do Estado e os seus seguidores situar-se-ão precisamente nesta intersecção, agenciando obter recursos e formar organizações administrativas e coercivas. Consequentemente, é este o lugar onde se devem procurar as contradições políticas que ajudam a desencadear as revoluções sociais. Também é este o lugar onde se encontrarão as forças que permitem a reedificação das organizações de Estado no âmbito das crises sociais revolucionárias.

Na parte do capítulo agora terminada foram criticamente expostos três princípios de análise, partilhados pelas teorias da revolução existentes. E propuseram-se em seu lugar princípios teóricos alternativos. De facto, todas as tendências partilhadas pelas quais as teorias existentes foram responsabilizadas estão intimamente relacionadas entre si: uma imagem voluntarista das causas das revoluções sociais completa uma perspectiva intranacional acerca da modernização. E cada uma é facilmente consistente com uma interpretação socioeconómica reducionista do Estado. Por conseguinte, não é de surpreender que os princípios alternativos aqui propostos sejam também mutuamente complementares. Analisaremos as causas e os processos de revoluções sociais numa perspectiva estrutural não voluntarista, tendo em consideração as estruturas e os processos não apenas internacionais e de história mundial como também intranacionais. E constituirá um importante suporte teórico deslocar os Estados — entendidos como organizações potencialmente autónomas, situadas na convergência de estruturas de classes e de contextos internacionais — para o centro das atenções.

Na parte seguinte expõe-se o método de análise apropriado à tarefa de explicar as revoluções sociais.

### Um método histórico comparativo

As «revoluções sociais», tal como foram definidas no início deste trabalho — transformações rápidas e profundas das estruturas de classes e do Estado de uma

(79) Ver: Katherine Chorley, *Armies and the Art of Revolution* (1943; reimpressão Boston, Beacon Press, 1973); e Russell, *Rebellion, Revolution and Armed Force*.

(78) Hintze, «Military Organization», in Gilbert, org. *Historical Essays*, p. 183.



sociedade, acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes mais baixas —, têm sido relativamente raras na história do mundo moderno. Além disso, cada uma dessas revoluções ocorreu de um modo particular num conjunto ímpar de circunstâncias socioestruturais e internacionais. Como pode então um sociólogo esperar chegar a interpretações historicamente válidas da revolução social entendida como tal?

Tem-se evitado o estudo das revoluções sociais por direito próprio na recente ciência social americana, uma vez que os estudiosos acreditam que apenas os fenómenos representados por um elevado número de casos podem ser estudados de uma forma verdadeiramente científica. Houve uma reacção um tanto constrangida à abordagem das revoluções a partir de premissas de «história natural» seguida por uma anterior geração de cientistas sociais americanos. Os «historiadores naturais», principalmente Lyford Edwards, Crane Brinton e George Pettee, examinaram uma grande quantidade de casos numa tentativa para obterem generalizações acerca do processo revolucionário característico (80). Repudiando esta abordagem por ser demasiado «histórica», posteriores estudiosos da revolução pretenderam em vez disso teorizar apenas sobre um elevado número de casos. Assim, na introdução de um livro de 1964 intitulado *Internal War*, Harry Eckstein define «um objecto teórico» como «um conjunto de fenómenos acerca dos quais se podem desenvolver generalizações informativas e verificáveis e que são válidas para todos os casos, aplicando-se algumas das generalizações apenas a esses casos» (81), e continua afirmando que enquanto «uma afirmação relativa a dois ou três casos é certamente uma generalização no sentido corrente, uma generalização no sentido metodológico deve basear-se frequentemente em mais casos; deverá abarcar um conjunto de casos suficientemente numeroso que permita a utilização de certos métodos rigorosos de verificação como a análise estatística» (82). Muitos outros estudiosos contemporâneos das revoluções concordam com Eckstein. Consequentemente, as estratégias preferidas para a explicação das revoluções foram agrupadas em categorias muito mais amplas. Estas incluem as categorias estrutural-funcionalistas do sistema social (*e.g.*, Chalmers Johnson) e categorias como as da «violência política» (*e.g.*, Ted Gurr) ou as de «acção colectiva» (*e.g.*, Charles Tilly) que se referem a aspectos partilhados por muitos tipos de acontecimentos políticos (83).

(80) Os principais trabalhos são: Lyford P. Edwards, *The Natural History of Revolution* (1927; reimpressão, Chicago, University of Chicago Press, 1970); Crane Brinton, *The Anatomy of Revolution* (orig. 1938; edição revista e ampliada, Nova Iorque, Vintage Books, 1965); e George Sawyer Pettee, *The Process of Revolution* (Nova Iorque, Harper and Brothers, 1938).

(81) Harry Eckstein, org. *Internal War* (Nova Iorque, Free Press, 1964), p. 8.

(82) *Ibid.*, p. 10.

(83) Por exemplo, a definição de mudança revolucionária proposta por Chalmers Johnson, enquadrada em termos de teoria dos sistemas sociais com a sua universalidade de referência a todas as sociedades de todos os tempos e lugares, abrange tudo desde movimentos de revitalização em sociedades tribais até guerras religiosas em sociedades agrárias pré-modernas e revoluções em estados-nações contemporâneas. E tanto Ted Gurr como Charles Tilly, não obstante os seus marcantes desacordos, procuram inscrever as revoluções em teorias mais gerais de «violência política» e «acção colectiva» respectivamente. Precisamente porque querem teorizar apenas acerca de categorias que contenham um elevado número de acontecimentos de forma que os seus modelos possam estar abertos a uma verificação quantitativa, tanto Gurr como Tilly definem as revoluções em termos de aspectos analíticos que elas têm em comum com muitas outras espécies de ocorrências políticas — ou seja, a violência política para Gurr e a acção política organizada e a destituição dos detentores do poder soberano para Tilly —, negligenciando as mais importantes transformações estruturais, que distinguem as revoluções, especialmente as revoluções sociais.

Não é que os estudiosos contemporâneos dos fenómenos abrangidos pelas revoluções considerem as suas teorias inaplicáveis às revoluções sociais. Acreditam, com certeza, que as suas teorias gerais deviam ser «aplicadas» a revoluções por historiadores ou por cientistas sociais que analisam casos isolados. Em certo sentido, teorias como as de Johnson, Gurr e Tilly são certamente aplicáveis a casos isolados de revolução social: é possível encontrar privação relativa, soberania múltipla, desequilíbrios sistémicos e movimentos ideológicos orientados para determinados valores em qualquer um dos casos de revolução social. Deste modo, os historiadores ou estudiosos de um caso particular podiam, em princípio, utilizar qualquer uma ou todas estas ideias na análise de uma dada revolução. Na verdade, devido ao facto de as teorias sociais científicas contemporâneas serem estruturadas em tais termos conceptuais gerais, torna-se muito difícil dizer se alguma vez *se não aplicam* a determinado caso. Por exemplo, que sociedade não carece de uma generalizada privação relativa deste ou daquele tipo? E de que modo reconhecemos um sistema social sincronizado quando vemos um? Ironicamente, as abordagens teóricas que se dispõem a evitar as armadilhas de uma interpretação demasiadamente histórica das revoluções podem acabar por fornecer pouco mais que indicadores a respeito de vários factores que os estudiosos do caso poderiam querer tomar em consideração, sem nenhuma pista válida para preferirem determinadas explicações a outras.

A teoria marxista opera com categorias menos gerais, mais historicamente fundamentadas que as recentes teorias sociais científicas e oferece-nos uma explicação mais completa e elegante das transformações sociais-revolucionárias enquanto tais (mais do que, digamos, da violência política em geral). Assim não é por mero acaso que o marxismo tem sido a teoria sociológica científica mais consistente e proveitosamente utilizada pelos historiadores no sentido de explicar diversas revoluções (84). No entanto, a interacção entre a teoria marxista e a História é ainda incompleta, uma vez que os acontecimentos históricos não têm sido aproveitados para pôr à prova e a modificar as explicações fornecidas pela teoria. Os estudiosos marxistas empenharam-se em fazer sobressair as lutas de classes e as mudanças nas relações de classes que certamente ocorrem durante as revoluções. Contudo, não conceberam processos de verificação se tais factores distinguem realmente as revoluções de outras espécies de transformações ou as irrupções revolucionárias bem sucedidas das abortadas. Talvez especialmente pelo facto de os factores que tomam em consideração ocuparem na verdade uma parte importante no conjunto, os marxistas não se aperceberam de um aspecto crucial: as variáveis causais que se relacionam com a solidez e com a estrutura dos Estados do Antigo Regime e com as relações das organizações do Estado com as estruturas de classe podem mais facilmente separar os casos de revolução bem sucedida dos de malogro ou de não ocorrência do que as variáveis que se referem exclusivamente às relações de classes e aos modelos de desenvolvimento económico. Do mesmo modo, nas suas explicações das consequências das revoluções, os estudiosos de orientação marxista dão ênfase às mudanças ocorridas nas estruturas de classes e mesmo aos desenvolvimentos económicos a muito longo prazo. Todavia, negligenciam as frequentemente muito mais flagrantes e imediatas transformações que ocorrem na estrutura e nas funções das organizações do Estado, tais como os exércitos e as administrações, e nas relações entre o Estado e as classes sociais. Isto quer também dizer que não identificaram as mudanças político-institucionais específicas que distinguem as revoluções dos modelos não revolucionários do desenvolvimento nacional.

(84) As «revoluções burguesas» como a Revolução Francesa e a Inglesa têm sido interpretadas como globalidades em termos de teoria marxista. Para as revoluções não burguesas, a tónica é colocada no papel das contradições e conflitos de classes nas causas e processos, mas as consequências raramente são analisadas em termos marxistas.



Deste modo, encontramos invariavelmente um desfazimento qualquer entre a teoria e a história tanto nos estudos marxistas como nas recentes teorias académicas da sociologia da revolução. Em particular os historiadores sentem de tempos a tempos a existência deste desfazimento. Alguns deles queixam-se da indeterminação das recentes teorias sociológicas da revolução (85). Outros declaram polemicamente a inadequação dos conceitos e explicações marxistas, qualquer que seja o caso que pretendem analisar (86). Infelizmente, alguns historiadores desiludidos concluem por vezes que a sua disciplina deveria evitar pura e simplesmente a utilização de qualquer teoria científica social (87). Defendem, pelo contrário, a análise das revoluções caso a caso, cada uma nos seus próprios termos analíticos, ou ainda cada uma de acordo com a linguagem dos intervenientes inseridos no seu contexto espacial e temporal. Na prática, não são realmente possíveis tais abordagens relativistas, uma vez que os historiadores, pelo menos implicitamente, têm de partir de ideias teóricas e de pontos de referência comparativos (88). Mas é sempre possível um hiato de comunicação entre os historiadores e os especialistas dessa área, por um lado, e os teóricos sociais por outro lado. Na medida em que tal hiato exista, tal como sempre acontece em certa medida, ele apenas estimula — simultaneamente — a proliferação de teorias da (ou acerca da) revolução reputadas como gerais que realmente não esclarecem as revoluções históricas e um aumento de monografias de especialistas sobre casos específicos que não enforçam de princípios mais gerais de análise e explicação. Contudo, a forma de superar tal desfazimento não é deplorá-lo a partir de uma cómoda posição situada para além do conflito. Pelo contrário, o único remédio eficaz consiste na elaboração de explicações das revoluções que elucidem verdadeiramente os modelos gerais de causas e consequências, sem negligenciar ou abstrair completamente dos aspectos específicos de cada revolução e do seu contexto.

Felizmente, existe um método eficaz que contribui para a formulação de tais interpretações das revoluções, simultaneamente generalizável aos vários casos e historicamente ajustável. As revoluções sociais enquanto tais *podem* ser consideradas como um objecto teórico; não há nenhuma exigência imperiosa de formular hipóteses explicativas apenas em relação a categorias que abrangem um elevado número de casos. Nem os teóricos necessitam de se satisfazer apenas com a aplicação de conceitos gerais a casos particulares. Para generalizar sobre as revoluções sociais, para formular explicações das suas causas e consequências, podemos utilizar a análise histórica comparativa com segmentos das trajetórias da história nacional, seleccionados como elementos de comparação. A «história comparativa» é regra geral utilizada sem grande exactidão para relacionar as análises nas quais duas ou mais trajetórias históricas de Estados-nações, complexos institucionais ou civilizações se justapõem. Neste sentido muito amplo, o termo refere-se a estudos com diferentes espécies de objectivos. Algumas histórias comparativas, tais como *The Rebellious Century 1830-1930*, de Charles, Louise e Richard Tilly, destinam-se a revelar que um determinado modelo sociológico geral é válido para diferentes contextos nacionais (89). Outros estudos, como *Nation-building*

(85) Ver, por exemplo: Stone, «Theories of Revolution» e Zagorin, «Theories in Contemporary Historiography». (Referências completas na nota 7).

(86) Ver, por exemplo: Alfred Cobban, *The Social Interpretation of The French Revolution* (Cambridge, Cambridge University Press, 1964); e J. H. Hexter, *Reappraisals in History* (Nova Iorque, Harper & Row, 1963).

(87) A este argumento recorrem sobretudo historiadores, como Cobban e Hexter, que atacam a aplicação de conceitos e interpretações marxistas a certas revoluções.

(88) Este argumento encontra-se desenvolvido in E. H. Carr, *What is History?* (Nova Iorque, Vintage Books, 1961).

(89) Charles, Louise, e Richard Tilly, *The Rebellious Century 1830-1930* (Cambridge, Harvard University Press, 1975).

*and Citizenship*, de Reinhard Bendix e *Lineages of the Absolutist State*, de Perry Andersen, usam o método comparativo essencialmente para pôr em evidência os contrastes entre nações ou civilizações consideradas como conjuntos sintéticos (90). Mas há ainda uma terceira versão da história comparativa — a qual classifico neste trabalho como *análise histórica comparativa* — na qual o objectivo primordial consiste em elaborar, testar e apurar hipóteses explicativas e causais de acontecimentos ou estruturas que integram macroestruturas como os Estados-nações.

A análise histórica comparativa tem uma longa e distinta genealogia na ciência social. A sua lógica foi explicitamente exposta por John Stuart Mill no seu livro *A System of Logic* (91). O método foi significativamente aplicado por analistas sociais e históricos clássicos como Alexis de Tocqueville e Marc Bloch (92). E continua a ser trabalhado e aplicado por estudiosos contemporâneos, incluindo (talvez mais distintamente) Barrington Moore, Jr. em *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (93). A análise histórica comparativa é especialmente apropriada para elaborar interpretações de fenómenos macro-históricos dos quais há inerentemente apenas escassos casos. Isto contrasta com mais abundantes e maneáveis tipos de fenómenos apropriados para investigações experimentais e contrasta com outros fenómenos que se multiplicam nos numerosos casos que servem as análises estatísticas. A análise histórica comparativa é, de facto, a forma de análise multivariada a que se recorre quando existem demasiadas variáveis e insuficientes casos.

De um ponto de vista lógico, como funciona a análise histórica comparativa? Basicamente tenta-se estabelecer associações válidas de causas potenciais com os fenómenos específicos que se procura explicar. Existem duas vias principais de procedimento. A primeira consiste em tentar estabelecer que um certo número de casos que têm em comum o fenómeno que se pretende explicar partilham também um conjunto de factores causais, embora variem de outros modos que possam ter parecido causalmente relevantes. Esta abordagem é aquela a que Mill chamou o «Método da Concorde». O segundo consiste na contrastação que se pode fazer entre os casos nos quais estão presentes os fenómenos a ser explicados e as suas causas hipotéticas e outros casos que, embora tanto os fenómenos como as causas neles se não verifiquem, sejam, noutros aspectos, tão semelhantes quanto possível aos casos positivos. A este processo interpretativo chamou Mill «Método da Diferença». Considerado isoladamente, é um método mais eficaz do que o simples Método da Concorde para estabelecer associações causais válidas (desde que se encontrem os necessários casos negativos para os contrastes pretendidos). Na prática, contudo, é frequentemente possível — e certamente desejável —, harmonizar estas duas lógicas comparativas. Tal é praticado através da utilização simultânea de vários casos positivos e de casos negativos apropriados como contrastes.

(90) Reinhard Bendix, *Nation-Building and Citizenship* (Nova Iorque, Wiley, 1964). Ver nota 69 para a citação de Anderson. Embora a perspectiva teórica de Bendix seja weberiana e a de Anderson seja marxista, ambos utilizam um tipo semelhante de abordagem comparativa.

(91) Ver Ernest Nagel, org. *John Stuart Mill's Philosophy of Scientific Method* (Nova Iorque, Hafner, 1950), livro III, cap. 8.

(92) Para uma análise do uso que Tocqueville faz do método comparativo, ver Neil J. Smelser, *Comparative Methods in the Social Sciences* (Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1976), cap. 2. Para Marc Bloch, ver William H. Sewell, Jr., «Marc Bloch and the Logic of Comparative History», *History and Theory*, 6: 2 (1967), pp. 208-218.

(93) Para estudos contemporâneos da análise comparativa, ver: Smelser, *Comparative Methods*; Arend Lijphart, «Comparative Politics and the Comparative Method», *American Political Science Review*, 65: 3-4 (1971), pp. 682-693; Hopkins e Wallerstein, «Comparative Study of National Societies»; e Morris Zelditch, Jr., «Intelligible Comparisons», in *Comparative Methods in Sociology*, org. Ivan Vallier (Berkeley, University of California Press, 1971), pp. 267-307.



Será esta a abordagem deste livro. A França, a Rússia e a China constituirão três casos positivos de revolução social bem sucedida, e demonstrarei que estes casos revelam modelos causais semelhantes apesar das suas muitas outras diferenças. Além disso, invocarei os casos negativos com o objectivo de fundamentar diversos pontos específicos da explicação causal. Ao fazê-lo, salientarei sempre os contrastes que maximizam as semelhanças do(s) caso(s) negativo(s) com o(s) caso(s) positivo(s) em todos os aspectos aparentemente relevantes, com excepção da sequência causal que o contraste deve provar. Assim, por exemplo, a Revolução Russa abortida de 1905 será contrastada com a bem sucedida Revolução de 1917 de modo a provar a validade aos argumentos sobre a crucial contribuição para o sucesso social-revolucionário na Rússia dos processos ligados ao estado de guerra, que levaram ao colapso das capacidades repressivas do Estado. Além disso, serão utilizados em vários momentos deste estudo aspectos seleccionados das histórias inglesa, japonesa e alemã para reforçar os argumentos relativos às causas das crises políticas revolucionárias e das revoltas de camponeses em França, na Rússia e na China. Estes casos são adequados como contrastes, uma vez que se trata de países comparáveis onde se verificaram crises e transformações políticas não sociais-revolucionárias em contextos temporais e circunstâncias amplamente semelhantes à da França, Rússia e China.

A primeira vista, a análise histórica comparativa pode não parecer muito diferente da abordagem dos «historiadores naturais» Lyford Edwards, Crane Brinton e George Pettee. Também eles analisaram e compararam em profundidade alguns casos históricos. Na realidade, porém, as abordagens histórica comparativa e de história natural das revoluções diferem quer no objectivo quer no método de análise. Enquanto a análise histórica comparativa tem como meta estabelecer as causas das revoluções, os historiadores naturais pretendem descrever o ciclo característico, ou a sequência de estádios, que tipicamente deveria ocorrer nos processos revolucionários. Como Robert Park escreveu na sua introdução a *The Natural History of Revolutions* de Lyford Edwards,

Toda a mudança social susceptível de descrição em termos conceptuais terá [...] o seu ciclo característico. Este é um dos pressupostos nos quais se baseia este estudo. Como questão de método científico, esta descrição do ciclo parece constituir o primeiro passo da análise de toda a mudança social (94).

Metodologicamente, os historiadores naturais analisaram as revoluções tentando adaptar, quer aspectos de casos diversos (e.g., Edwards), quer alguns casos completos (e.g., Brinton) às metáforas que melhor pareciam descrever as suas fases de desenvolvimento comuns, e daí a sequência supostamente «natural» para as revoluções. Brinton, por exemplo, empregou explicitamente a metáfora da doença que também foi implicitamente utilizada por Edwards:

Encaremos as revoluções como uma espécie de febre [...]. Na sociedade, sensivelmente ao longo da geração que é anterior à irrupção da revolução [...] serão detectados indícios da futura perturbação [...]. São [...] [bem] descritos como indícios *prodromais*, indicações para o diagnosticador muito perspicaz de que uma doença se vai declarar, mas que ainda não se encontra suficientemente desenvolvida. Chega então uma altura em que todos os sintomas se revelam e se pode dizer que a febre da revolução se declarou. Esta desenvolve-se, não regularmente, mas com avanços e retrocessos, até atingir uma crise, frequentemente acompanhada de delírio, o império dos mais violentos revolucionários, o Reinado do Terror. Depois da crise segue-se um período de convalescência, nor-

(94) Edwards, *Natural History*, p. XVIII.

malmente marcado por uma ou duas recaídas. Finalmente, a febre cessa e o doente restabelece-se, talvez nalguns aspectos verdadeiramente revigorado pela provação, defendido pelo menos durante algum tempo de um ataque semelhante, mas certamente não completamente refeito [...] (95).

Naturalmente que os historiadores naturais também adiantam, pelo menos implicitamente, algumas hipóteses teóricas acerca das causas das revoluções. Estas eram fundamentalmente sociopsicológicas e — o que é significativo para o nosso propósito — raras tentativas se fizeram para usar comparações de acontecimentos históricos para as fundamentar. Em vez disso, as hipóteses teóricas foram puras e simplesmente aplicadas como um todo na análise e os dados históricos foram principalmente utilizados para ilustrar a metafórica sequência de fases. As análises de história natural daí resultantes não são certamente desprovidas de valor — na verdade, fornecem até muitos conhecimentos acerca dos processos revolucionários e podem ainda hoje ser lidas com proveito —, mas são muito diferentes da análise histórica comparativa. Esta última utiliza comparações entre casos positivos, e entre casos positivos e negativos, de modo a identificar e confirmar as causas, mais do que as descrições, das revoluções. Além disso, uma análise histórica comparativa não parte do princípio nem tenta de alguma forma demonstrar que os processos revolucionários deveriam ser descritivamente semelhantes nas suas trajectórias concretas de caso para caso. Com efeito, conjuntos analiticamente semelhantes de causas podem aplicar-se a vários casos, mesmo que a natureza e a sucessão dos conflitos durante as revoluções sejam diferentes e mesmo que, por exemplo, um dos casos culmine numa reacção conservadora, enquanto outro não (completamente ou do mesmo modo). Numa análise histórica comparativa, tais diferenças não constituem obstáculos ao reconhecimento de causas semelhantes em diferentes casos revolucionários. Representam, ao mesmo tempo, variações que podem ser explicadas mediante comparações entre os próprios casos históricos positivos.

Certamente que a história comparativa não deixa de ter as suas dificuldades e limitações, as mais relevantes das quais merecem uma breve análise. Em primeiro lugar, existem dificuldades inevitáveis na aplicação do método segundo a sua própria lógica. É impossível muitas vezes encontrar exactamente os casos históricos de que precisamos para a lógica de determinada comparação. E mesmo quando os casos são sensivelmente adequados, nunca é possível encontrar as verificações perfeitas para todas as variáveis potencialmente importantes. Assim, têm de ser elaboradas conjecturas estratégicas acerca das causas que serão realmente operativas, isto é, aquelas que poderiam ou não afectar realmente o objecto de estudo. A conclusão é que existem sempre traços contextuais dos casos históricos que não são examinados mas que influenciam numa cadeia de interações as causas explicitamente estudadas de modos que o analista de história comparativa não desvende ou deve simplesmente considerar como irrelevantes (96).

Um outro conjunto de problemas deriva do facto de a análise histórica comparativa pressupor necessariamente (tal como qualquer lógica multivariada) que os elementos comparados são independentes uns dos outros. Todavia, acontece que este pressuposto raramente, ou nunca, é válido para macrofenómenos como as revoluções. De facto, tal como já referimos, estes fenómenos ocorrem em contextos singulares de história mundial que se vão modificando com o tempo e no seio de estruturas internacionais que ligam as sociedades umas às outras. No tocante a grande parte de qualquer análise comparativa pode manter-se muitas vezes a ficção das unidades indepen-

(95) Brinton, *Anatomy of Revolution*, pp. 16-17.

(96) Esta dificuldade é sublinhada por Adam Przeworski e Henry Teune, *The Logic of Comparative Social Inquiry* (Nova Iorque, Wiley, 1970). Smelser, *Comparative Methods*, em determinados passos dos capítulos 6 e 7, analisa formas de superá-la.



Antigos Regimes eram autocracias protoburocráticas que subitamente se viram forçadas a enfrentar concorrentes militares economicamente mais desenvolvidos. Nas três Revoluções, as crises aceleradas a partir do exterior combinaram-se com as condições e tendências estruturais internas e produziram a seguinte conjuntura: (1) a incapacitação dos aparelhos de Estado dos Antigos Regimes; (2) o alastramento das revoltas das classes mais baixas, mais decisivamente de camponeses; e (3) tentativas por parte dos líderes políticos mobilizadores de massas para consolidar o poder do Estado revolucionário. Em todas elas, a consequência revolucionária foi um estado-nação centralizado, burocrático e incorporador de massas, com um potencial reforçado de grande potência na arena internacional. Foram eliminados (ou grandemente reduzidos) os obstáculos à transformação social nacional associados às posições pré-revolucionárias da classe superior detentora da terra e criaram-se novas potencialidades de desenvolvimento graças à maior centralização do Estado e à incorporação política das massas nos Novos Regimes.

Seja o que for que outros sistemas possam pressupor, as Revoluções Francesa e Chinesa — os dois casos «polares» do meu trio — não foram tão diferentes uma da outra, nem tão semelhantes (respectivamente) às primeiras revoluções liberais da Europa e às revoluções de libertação nacional do Terceiro Mundo, como os seus diferentes contextos espaço-temporais e culturais poderiam sugerir. Na verdade, a Revolução Francesa foi em importantes aspectos flagrantemente diferente da Revolução Inglesa do século XVII e bastante idêntica às Revoluções Chinesa e Russa. As revoltas de camponeses desempenharam um papel-chave no desenrolar da Revolução Francesa, mas o resultado político foi um Estado mais centralizado e burocrático e não um regime de liberalismo parlamentar. No que respeita à Revolução Chinesa, afigura-se-me verdadeiramente pouco sagaz encará-la como uma revolução edificadora de uma nova nação nos meados do século XX. A China teve um Antigo Regime imperial com uma história cultural e política multissecular. E a Revolução Chinesa constituiu um processo desencadeado em 1911 por uma revolta das classes superiores contra um Estado de monarquia absoluta, o que não difere grandemente da revolta aristocrática que iniciou a Revolução Francesa (99). Além disso, a Revolução Chinesa acabou por dar origem a um regime comunista de orientação desenvolvimentista que é certamente bastante ou mais parecido com o regime soviético pós-revolucionário do que com os actuais governos não comunistas do Terceiro Mundo.

Dado que existem, na verdade, analogias suficientes que permitem agrupar estas três Revoluções para uma análise histórica comparativa, muito há a lucrar com tal iniciativa. Os traços sociopolíticos semelhantes das Revoluções Francesa, Russa e Chinesa podem ser postos em relevo e explicados de modos que necessariamente escapa-

(99) Os investigadores partem frequentemente do pressuposto que a China teve duas revoluções, uma em 1911 e a outra, em que os comunistas chineses combatem os nacionalistas, nas décadas de 1930-1950. Contudo, julgo ser mais proveitoso ver a Revolução Chinesa como um processo que se inicia com a queda do Antigo Regime em 1911 (sem que tenha havido um novo regime nacional capaz de se consolidar nesse momento) se prolonga com a emergência e competição pelo poder de dois movimentos de edificação do Estado, o nacionalista e o comunista, sendo a vitória final dos comunistas em parte determinada pelo facto de nacionalistas nunca haverem conseguido realmente a unificação e o controle da China sob um governo. Assim, por exemplo, se se aceita a distinção de Samuel P. Huntington in *Political Power in Changing Societies* (New Haven, Yale University Press, 1968), cap. 5, distinção essa entre revoluções «ocidentais», que começam com o colapso de um antigo regime, e revoluções «orientais», nas quais irrompe um movimento que hostiliza um frágil governo de Terceiro Mundo, então estou a argumentar que a China tem realmente mais semelhanças com o tipo «ocidental». A distinção analítica de Huntington é útil, mas os casos estão erradamente escolhidos e as suas classificações necessitam de ser alteradas.

riam aos analistas que estivessem determinados a conservá-los isolados em categorias distintas. Acima de tudo, muito há a aprender a partir da justaposição destas Revoluções no que respeita às causas e consequências da participação camponesa nas revoluções sociais. Muito há a aprender também acerca da dinâmica da desagregação e reconstrução das organizações administrativas e coercivas do Estado na transição dos Antigos para os Novos Regimes. Não é por acaso que estes aspectos das revoluções tendem a ser menosprezados ou negligenciados por muitas outras análises comparativas, porquanto a maioria dos esquemas de categorias alternativas servem antes para realçar as configurações da classe burguesa/proletária ou os modelos da autoridade política legítima e as concepções ideológicas dos Antigos e Novos Regimes.

Mas não nos limitaremos a pôr em relevo os modelos comuns partilhados pelas Revoluções Francesa, Russa e Chinesa. Dada a flexibilidade e a adaptabilidade histórica do método comparativo, pode-se também prestar atenção às características próprias de cada uma das três Revoluções. Não haverá necessidade de negar que a Revolução Francesa apresenta características burguesas e liberais, que a Revolução Russa foi extremamente estadista nas suas consequências ou que a Revolução Chinesa tem no seu processo elementar de uma luta de libertação nacional. Com efeito, ainda que fundamentalmente examinemos e procuremos explicar os modelos comuns às Revoluções Francesa, Russa e Chinesa, podemos também atender às variações que caracterizam dois casos ou um caso isolado. Estas podem ser então explicadas como devidas em parte às variações dos modelos causais partilhados, em parte aos contrastes entre as estruturas sociais da França, Rússia e China e em parte às diferentes épocas históricas em que se deram as três grandes Revoluções. Como consequência, são exactamente estas características específicas de cada uma das Revoluções e as suas diferentes épocas históricas que levaram outros estudiosos a classificá-las em categorias distintas que serão vistas a uma nova luz explicativa à medida que forem estudadas tendo como pano de fundo os modelos partilhados pelas três Revoluções.

#### Próximos capítulos

Os capítulos que se seguem apresentam uma análise histórica comparativa das Revoluções Francesa, Russa e Chinesa — uma análise concebida e efectuada dentro do quadro de referência desenvolvido no primeiro capítulo. A primeira parte analisa as condições estruturais e históricas de emergência das situações revolucionárias objectivas na França, na Rússia e na China do Antigo Regime: o capítulo 2 foca as crises políticas dos Estados absolutistas e o capítulo 3 analisa a situação do campesinato. A fim de reforçar as principais linhas da argumentação, subsecções específicas dos capítulos 2 e 3 demonstrarão de uma forma sucinta que as condições colocadas hipoteticamente como sendo as fundamentais para produzir as situações sociais-revolucionárias na França, na Rússia e na China não se verificaram, ou não ocorreram todas ao mesmo tempo, em períodos relevantes no Japão, na Prússia/Alemanha e na Inglaterra. Assim a lógica da comparação da primeira parte acentua fundamentalmente as analogias existentes entre a França, a Rússia e a China. E estas analogias são sublinhadas através da confrontação com casos negativos.

Na segunda parte, por outro lado, a lógica da comparação foca inteiramente as semelhanças e as diferenças entre os casos positivos de revolução social. Com efeito, parte-se aqui do princípio de que a França, a Rússia e a China partilharam situações revolucionárias com causas idênticas. O objectivo é explicar as consequências revolucionárias a partir desse pressuposto. Daí que esta parte demonstre o modo como os conflitos despoletados pelas crises revolucionárias levaram a consequências sociais-revolucionárias, com alguns modelos comuns às três Revoluções e outros específicos a uma ou duas delas. Na segunda parte, o capítulo 4 introduz os princípios analíticos mais importantes a ser explorados para cada Revolução; e os capítulos 5, 6 e 7 versam, respectivamente, os conflitos revolucionários e as respectivas consequências em França, na Rússia e na China.